



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025**

**C.P.L.**

**MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025**

**OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA.

**CONTRATADO:** JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.802.554/0001-54.

**Observação:** A presente Dispensa de Licitação reger-se-á pelas normas contidas na Lei Federal 14.133/2021, publicada no dia 01.04.2021 no Diário Oficial da União.



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

Santaluz - BA, 14 de novembro de 2025.

**Ao Departamento de Compras**

Em face da necessidade e possibilidade da contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, **SOLICITO**, pelo presente, pesquisa de preços, bem como o relatório final de valor, a fim de instruir o processo no tocante ao preço referencial.

Anexo, encontra-se a planilha para realização do procedimento supracitado.

Em tempo, solicito que juntamente com a cotação de preços, seja solicitada, de forma atualizada:

- a)** Documentos relativos à habilitação jurídica (contrato social consolidado ou todas as alterações, documentos dos sócios e prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Cartão do CNPJ);
- b)** Documentos de regularidade fiscal e trabalhista - certidão de regularidade com a municipal, fazenda estadual e fazenda federal, Certificado de regularidade relativa com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

Encontro-me à disposição para dirimir dúvidas posteriores.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Joseane Santos Lopes  
**Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA**



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

**PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇO**

|  |        |
|--|--------|
| <b>ASSUNTO:</b> Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme especificações e quantidades constantes no termo de referência. |        |
| DADOS DA EMPRESA:  |        |
| RAZÃO SOCIAL/NOME:   |        |
| CNPJ:  |        |
| ENDEREÇO:  |        |
| TELEFONE:  | EMAIL: |
| <b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b> Conforme o Art. 90, § 3º da Lei 14.133/2021, o prazo de validade será regido pela administração no período de 60 (sessenta) dias corridos.  |        |
| <b>BASE LEGAL:</b> Art. 23, da Lei 14.133/2021.  |        |

**Planilha de Especificação**

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UND   | QUANT | VLR. UNIT. | VLR. TOTAL |
|------|---|-------|-------|------------|------------|
| 01   | FIO FLEXIVEL 16MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 04    |            |            |
| 02   | FIO FLEXIVEL 10MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    |            |            |
| 03   | FIO FLEXIVEL 06MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    |            |            |
| 04   | FIO FLEXIVEL 04MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    |            |            |
| 05   | FIO FLEXIVEL 2,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    |            |            |
| 06   | FIO FLEXIVEL 1,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    |            |            |
| 07   | TUBO ELETRODURO 11/4                                  | UND   | 50    |            |            |
| 08   | CAIXA P/36 DISJUNTOR C/ BARRAMENTO                    | UND   | 01    |            |            |
| 09   | FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO                              | UND   | 10    |            |            |
| 10   | DISJUNTOR 25  | UND   | 25    |            |            |
| 11   | DISJUNTOR TRIFASICO 100                               | UND   | 01    |            |            |
| 12   | HASTE 240   | UND   | 20    |            |            |
| 13   | TOMADA EMBUTIR  | UND   | 40    |            |            |
| 14   | INTER. C/TOMADA                                       | UND   | 20    |            |            |
| 15   | FIO RIGIDO 10MM, ROLO 100 METROS                      | UND   | 02    |            |            |
| 16   | TUBO PVC 25MM   | METRO | 42    |            |            |
| 17   | TUBO PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | METRO | 54    |            |            |
| 18   | JOELHO BUCHA-LATÃO 25X20                              | UND   | 20    |            |            |
| 19   | TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM                                  | UND   | 12    |            |            |
| 20   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 25MM                              | UND   | 25    |            |            |
| 21   | TÊ PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                      | UND   | 4     |            |            |
| 22   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                  | UND   | 10    |            |            |
| 23   | REGISTRO 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 2     |            |            |
| 24   | LUVA PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 10    |            |            |
| 25   | LUVA PVC 25MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 5     |            |            |
| 26   | VEDA-ROSCA  | UND   | 4     |            |            |
| 27   | ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC (C/ PINCEL) - 240g | UND   | 3     |            |            |



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

|    |   |     |    |  |  |
|----|---|-----|----|--|--|
| 28 | ARCO COM SERRA  | UND | 1  |  |  |
| 29 | LIXA D'AGUA GRÃO 100                                  | UND | 4  |  |  |
| 30 | DISCOS DE CORTE DE CONCRETO P/ SERRA MÁRMORE (MAKITA) | UND | 6  |  |  |
| 31 | ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "U" P/ TUBOS DE PVC 50MM    | UND | 40 |  |  |
| 32 | PARAFUSO 8X60   | UND | 80 |  |  |
| 33 | BUCHA DE NYLON Nº10                                   | UND | 80 |  |  |
|    | VALOR TOTAL:  |     |    |  |  |

\_\_\_\_\_, \_\_\_, \_\_\_\_\_ DE 2025

Carimbo do CNPJ da empresa e assinatura do responsável



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

---

# MODELO DE AVISO DE INTENÇÃO DE LICITAÇÃO

## AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025

### ART. 75, INCISO II, § 2º E 3º DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021

Nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Câmara Municipal de Santaluz, Estado da Bahia, torna público aos interessados que pretende realizar a **contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA.**

As empresas interessadas e que atendam ao objeto desta contratação, devem enviar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que será escolhida a mais vantajosa.

**Limite para apresentação da Proposta de Preços: xx/11/2025 às 12:00 horas.**

A Proposta de Preços poderá ser entregue pessoalmente na Câmara Municipal de Santaluz, no Setor de Compras, situado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz - BA, CEP: 48.880-000 das 08:00 hs às 12:00 hs, ou através do e-mail no endereço eletrônico: [camaramsladm@gmail.com](mailto:camaramsladm@gmail.com).

Qualquer esclarecimento ou solicitação poderá ser realizado através de mesmo endereço físico ou eletrônico.

Santaluz - Bahia, XX de novembro de 2025.

---

**Irene Ferreira Rocha**  
**Agente de Contratações**



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

Santaluz - BA, 22 de novembro de 2025.

**A Sra. Joseane Santos Lopes**

**Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA.**

Em face de solicitação da pesquisa de preços, para obtenção de preço referencial para contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, **ENCAMINHO**, pelo presente, a pesquisa de preços, relatório final de valor (mapa comparativo) e a documentação necessária para comprovar o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínimos, a fim de instruir o processo no tocante ao preço referencial.

O valor global para contratação é de R\$ 31.817,70 (trinta e um mil e oitocentos e dezessete reais e setenta centavos).

Anexo, encontram-se os preços extraídos por cotação.

Encontro-me à disposição para dirimir dúvidas posteriores.

Atenciosamente,

  
Isaias Carneiro Santos  
Diretor Administrativo



Câmara Municipal &lt;camaramsladm@gmail.com&gt;

**Pedido de Cotação - Aquisição de Material Elétrico e Hidráulico para a Câmara de Santaluz**

5 mensagens

**Câmara Municipal** <camaramsladm@gmail.com>

18 de novembro de 2025 às 11:33

Para: gilmaterialdeconstrucoes@gmail.com, kelven\_14@hotmail.com, jailsonoliveira662@gmail.com


Bom dia,

Vimos por meio deste, solicitar cotação a fim de se obter média de preços para subsidiar futura contratação.

**OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA.

Segue modelo de cotação.

Atenciosamente,

Diretoria Administrativa  
Câmara Municipal de Santaluz-BA **PEDIDO DE COTAÇÃO - DISPENSA 040.2025 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E HIDRÁULICO.docx**  
53K**Jailson Oliveira** <jailsonoliveira662@gmail.com>

19 de novembro de 2025 às 09:33

Para: Câmara Municipal &lt;camaramsladm@gmail.com&gt;

Bom dia!

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **SANTA LUZ.pdf**  
330K**kelven andrade** <kelven\_14@hotmail.com>

19 de novembro de 2025 às 10:48


Para: Câmara Municipal &lt;camaramsladm@gmail.com&gt;

bom dia, segue anexo cotação conforme solicitado

att; Kelven andrade

**De:** Câmara Municipal <camaramsladm@gmail.com>**Enviado:** terça-feira, 18 de novembro de 2025 11:33**Para:** gilmaterialdeconstrucoes@gmail.com <gilmaterialdeconstrucoes@gmail.com>; kelven\_14@hotmail.com <kelven\_14@hotmail.com>; jailsonoliveira662@gmail.com <jailsonoliveira662@gmail.com>**Assunto:** Pedido de Cotação - Aquisição de Material Elétrico e Hidráulico para a Câmara de Santaluz


[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **kelven Cotação santaluz.pdf**  
547K**Jailson Oliveira** <jailsonoliveira662@gmail.com>

19 de novembro de 2025 às 16:50

Para: Câmara Municipal &lt;camaramsladm@gmail.com&gt;

[Texto das mensagens anteriores oculto]

 **SANTA\_LUZ\_assinado.pdf**  
359K**Gilliard Jesus Dos Reis** <gilmaterialdeconstrucoes@gmail.com>

22 de novembro de 2025 às 12:01

Para: Câmara Municipal &lt;camaramsladm@gmail.com&gt;

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**2 anexos**



**COTACÃO 2.jpeg**  
791K



**COTACÃO.jpeg**  
1152K



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇO

|   |   |
|---|---|
| <b>ASSUNTO:</b> Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA.                   |   |
| DADOS DA EMPRESA:   |   |
| RAZÃO SOCIAL/NOME: Gilliard Jesus dos Reis LTDA   |   |
| CNPJ: 16.991.724/0001-84  |   |
| ENDEREÇO: Tv 1 Rua do Pombal  |   |
| TELEFONE: 75 9 9117-5276  | EMAIL: gilmaterialdeconstrucoes@gmail.com |
| <b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b> Conforme o Art. 90, § 3º da Lei 14.133/2021, o prazo de validade será regido pela administração no período de 60 (sessenta) dias corridos. |   |
| <b>BASE LEGAL:</b> Art. 23, da Lei 14.133/2021.   |   |

Planilha de Especificação

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UND   | QUANT | VLR. UNIT. | VLR. TOTAL   |
|------|---|-------|-------|------------|--------------|
| 01   | FIO FLEXIVEL 16MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 04    | 1910       | R\$ 7.640,00 |
| 02   | FIO FLEXIVEL 10MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    | 950        | R\$ 5.700,00 |
| 03   | FIO FLEXIVEL 06MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    | 800        | R\$ 4.800,00 |
| 04   | FIO FLEXIVEL 04MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    | 395        | R\$ 2.370,00 |
| 05   | FIO FLEXIVEL 2,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    | 270        | R\$ 1.620,00 |
| 06   | FIO FLEXIVEL 1,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    | 210        | R\$ 1.260,00 |
| 07   | TUBO ELETRODURO 11/4                                  | UND   | 50    | 45         | R\$ 2.250,00 |
| 08   | CAIXA P/36 DISJUNTOR C/ BARRAMENTO                    | UND   | 01    | 701        | R\$ 701,00   |
| 09   | FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO                              | UND   | 10    | 35         | R\$ 350,00   |
| 10   | DISJUNTOR 25  | UND   | 25    | 22         | R\$ 352,00   |
| 11   | DISJUNTOR TRIFASICO 100                               | UND   | 01    | 140        | R\$ 140,00   |
| 12   | HASTE 240   | UND   | 20    | 90         | R\$ 1.800,00 |
| 13   | TOMADA EMBUTIR  | UND   | 40    | 10         | R\$ 400,00   |
| 14   | INTER. C/TOMADA                                       | UND   | 20    | 15         | R\$ 300,00   |
| 15   | FIO RIGIDO 10MM, ROLO 100 METROS                      | UND   | 02    | 700        | R\$ 1.400,00 |
| 16   | TUBO PVC 25MM   | METRO | 42    | R\$ 5,00   | R\$ 210,00   |
| 17   | TUBO PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | METRO | 54    | R\$ 11,00  | R\$ 594,00   |
| 18   | JOELHO BUCHA-LATÃO 25X20                              | UND   | 20    | R\$ 5,00   | R\$ 100,00   |
| 19   | TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM                                  | UND   | 12    | R\$ 3,00   | R\$ 36,00    |
| 20   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 25MM                              | UND   | 25    | R\$ 2,00   | R\$ 50,00    |
| 21   | TÊ PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                      | UND   | 4     | R\$ 11,00  | R\$ 44,00    |
| 22   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                  | UND   | 10    | R\$ 8,00   | R\$ 80,00    |
| 23   | REGISTRO 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 2     | R\$ 22,00  | R\$ 44,00    |
| 24   | LUVA PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 10    | R\$ 7,00   | R\$ 70,00    |
| 25   | LUVA PVC 25MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 5     | R\$ 3,00   | R\$ 15,00    |
| 26   | VEDA-ROSCA  | UND   | 4     | R\$ 5,00   | R\$ 20,00    |
| 27   | ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC (C/ PINCEL) - 240g | UND   | 3     | R\$ 19,00  | R\$ 57,00    |



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

|              |   |     |    |           |               |
|--------------|---|-----|----|-----------|---------------|
| 28           | ARCO COM SERRA  | UND | 1  | R\$ 29,00 | R\$ 29,00     |
| 29           | LIXA D'AGUA GRÃO 100                                  | UND | 4  | R\$ 3,00  | R\$ 12,00     |
| 30           | DISCOS DE CORTE DE CONCRETO P/ SERRA MÁRMORE (MAKITA) | UND | 6  | R\$ 19,00 | R\$ 114,00    |
| 31           | ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "U" P/ TUBOS DE PVC 50MM    | UND | 40 | R\$ 4,00  | R\$ 160,00    |
| 32           | PARAFUSO 8X60   | UND | 80 | R\$ 0,50  | R\$ 40,00     |
| 33           | BUCHA DE NYLON Nº10                                   | UND | 80 | R\$ 0,50  | R\$ 40,00     |
| VALOR TOTAL: |   |     |    |           | R\$ 32.798,00 |

**Valor Total: R\$ 32.798,00**

Tucano, 20 de Novembro


Assinatura e Carimbo

**16.991:724/0001-84**  
**GILLIARD JESUS DOS REIS ME**  
Travessa I Rua do Pombal, s/n  
Centro, CEP: 48790-000  
Tucano - BA

## PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇO

|  |                              |
|--|------------------------------|
| ASSUNTO: Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA.                   |                              |
| DADOS DA EMPRESA: : <b>34.905.699 KELVEN SANTANA DE ANDRADE</b>  |                              |
| RAZÃO SOCIAL/NOME: : <b>34.905.699 KELVEN SANTANA DE ANDRADE</b>   |                              |
|  |                              |
| CNPJ: <b>34.905.699/0001-50</b>  |                              |
| ENDEREÇO: <b>CJRE CONJUNTO HABITACIONAL ACM</b>  |                              |
|  |                              |
| TELEFONE: 75 981322529   | EMAIL: kelven_14@hotmail.com |
| VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme o Art. 90, § 3º da Lei 14.133/2021, o prazo de validade será regido pela administração no período de 60 (sessenta) dias corridos. |                              |
| BASE LEGAL: Art. 23, da Lei 14.133/2021.   |                              |

| MATERIAL ELETRICO |   |      |      |        |                      |
|-------------------|---|------|------|--------|----------------------|
| ITEM              | DESCRIÇÃO                               | UNID | QTDE | V.UNIT | V.TOTAL              |
| 01                | FIO FLEXIVEL 16MM, ROLO COM 100 METROS  | UND  | 04   | 1910   | R\$ 7.640,00         |
| 02                | FIO FLEXIVEL 10MM, ROLO COM 100 METROS  | UND  | 06   | 945    | R\$ 5.670,00         |
| 03                | FIO FLEXIVEL 06MM, ROLO COM 100 METROS  | UND  | 06   | 612    | R\$ 3.672,00         |
| 04                | FIO FLEXIVEL 04MM, ROLO COM 100 METROS  | UND  | 06   | 400    | R\$ 2.400,00         |
| 05                | FIO FLEXIVEL 2,5MM, ROLO COM 100 METROS | UND  | 06   | 272    | R\$ 1.632,00         |
| 06                | FIO FLEXIVEL 1,5MM, ROLO COM 100 METROS | UND  | 06   | 186    | R\$ 1.116,00         |
| 07                | TUBO ELETRODURO 11/4                    | UND  | 50   | 41,8   | R\$ 2.090,00         |
| 08                | CAIXA P/36 DISJUNTOR C/ BARRAMENTO      | UND  | 01   | 700    | R\$ 700,00           |
| 09                | FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO                | UND  | 10   | 40     | R\$ 400,00           |
| 10                | DISJUNTOR 25                            | UND  | 16   | 21     | R\$ 336,00           |
| 11                | DISJUNTOR TRIFASICO 100                 | UND  | 01   | 157    | R\$ 157,00           |
| 12                | HASTE 240                               | UND  | 20   | 92     | R\$ 1.840,00         |
| 13                | TOMADA EMBUTIR                          | UND  | 40   | 10     | R\$ 400,00           |
| 14                | INTER. C/TOMADA                         | UND  | 20   | 15     | R\$ 300,00           |
| 15                | FIO RIGIDO 10MM, ROLO 100 METROS        | UND  | 02   | 710    | R\$ 1.420,00         |
| <b>TOTAL</b>      |   |      |      |        | <b>R\$ 29.773,00</b> |


  
**34.905.699/0001-50**  
**KELVEN SANTANA DE ANDRADE 15706065574**  
 Cjre Conjunto Habitacional ACM, 51  
 Casa - Centro - CEP: 48790-000  
 Santaluz - BA

## MATERIAL HIDRAULICO

| ITEM         | DESCRIÇÃO   | UNID  | QTDE | V.UNIT    | V.TOTAL             |
|--------------|---|-------|------|-----------|---------------------|
| 1            | TUBO PVC 25MM   | METRO | 42   | R\$ 5,15  | R\$ 216,30          |
| 2            | TUBO PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | METRO | 54   | R\$ 12,00 | R\$ 648,00          |
| 3            | JOELHO BUCHA-LATÃO 25X20                              | UNID  | 20   | R\$ 4,00  | R\$ 80,00           |
| 4            | TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM                                  | UNID  | 12   | R\$ 2,80  | R\$ 33,60           |
| 5            | JOELHO PVC SOLDÁVEL 25MM                              | UNID  | 25   | R\$ 1,50  | R\$ 37,50           |
| 6            | TÊ PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                      | UNID  | 4    | R\$ 13,50 | R\$ 54,00           |
| 7            | JOELHO PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                  | UNID  | 10   | R\$ 9,20  | R\$ 92,00           |
| 8            | REGISTRO 50MM - ÁGUA FRIA                             | UNID  | 2    | R\$ 25,00 | R\$ 50,00           |
| 9            | LUVA PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | UNID  | 10   | R\$ 7,00  | R\$ 70,00           |
| 10           | LUVA PVC 25MM - ÁGUA FRIA                             | UNID  | 5    | R\$ 3,30  | R\$ 16,50           |
| 11           | VEDA-ROSCA  | UNID  | 4    | R\$ 5,50  | R\$ 22,00           |
| 12           | ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC (C/ PINCEL) - 240g | UNID  | 3    | R\$ 19,00 | R\$ 57,00           |
| 13           | ARCO COM SERRA  | UNID  | 1    | R\$ 30,00 | R\$ 30,00           |
| 14           | LIXA D'AGUA GRÃO 100                                  | UNID  | 4    | R\$ 3,30  | R\$ 13,20           |
| 15           | DISCOS DE CORTE DE CONCRETO P/ SERRA MÁRMORE (MAKITA) | UNID  | 6    | R\$ 21,00 | R\$ 126,00          |
| 16           | ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "U" P/ TUBOS DE PVC 50MM    | UNID  | 40   | R\$ 3,50  | R\$ 140,00          |
| 17           | PARAFUSO 8X60   | UNID  | 80   | R\$ 1,00  | R\$ 80,00           |
| 18           | BUCHA DE NYLON Nº10                                   | UNID  | 80   | R\$ 1,00  | R\$ 80,00           |
| <b>TOTAL</b> |   |       |      |           | <b>R\$ 1.846,10</b> |

VALOR TOTAL: R\$ 31.619,10 (trinta e um mil e seiscentos e dezenove reais e dez centavos)

Retirolândia, 19 de novembro de 2025.

  
34.905.699/0001-50  
KELVEN SANTANA DE ARAUJO 1570506574  
C/ra Conjunto Habitacional ACM, 51  
Casa - Centro - CEP 48790-000  
Retirolândia - BA

**PROPOSTA DE PREÇO**

A empresa JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 13.802.554/0001-54, estabelecida na Rua Vicente Ferreira, 25-centro- cep: 48760-000-Município de Araci-Bahia, neste ato representada pelo sócio Proprietário JAILSON OLIVEIRA DE LIMA, brasileiro, maior, portador da célula de identidade nº 08094570-71 SSP/BA e do CPF: 803.424.265-91, residente e domiciliado na rua remanso, 06- bairro coqueiro em Araci-Bahia, no uso de suas atribuições legais, vem apresentar sua proposta, conforme descrição abaixo;

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UND   | QUANT | VLR. UNIT.  | VLR. TOTAL  |
|------|---|-------|-------|-------------|-------------|
| 01   | FIO FLEXIVEL 16MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 04    | R\$1.983,39 | R\$7.933,57 |
| 02   | FIO FLEXIVEL 10MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    | R\$975,24   | R\$5.851,44 |
| 03   | FIO FLEXIVEL 06MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    | R\$675,22   | R\$4.051,32 |
| 04   | FIO FLEXIVEL 04MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    | R\$465,24   | R\$2.791,44 |
| 05   | FIO FLEXIVEL 2,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    | R\$265,24   | R\$1.591,44 |
| 06   | FIO FLEXIVEL 1,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    | R\$202,98   | R\$1.217,88 |
| 07   | TUBO ELETRODURO 11/4                                  | UND   | 50    | R\$38,00    | R\$1.900,00 |
| 08   | CAIXA P/36 DISJUNTOR C/ BARRAMENTO                    | UND   | 01    | R\$700,00   | R\$700,00   |
| 09   | FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO                              | UND   | 10    | R\$30,00    | R\$300,00   |
| 10   | DISJUNTOR 25  | UND   | 25    | R\$20,00    | R\$500,00   |
| 11   | DISJUNTOR TRIFASICO 100                               | UND   | 01    | R\$140,00   | R\$140,00   |
| 12   | HASTE 240   | UND   | 20    | R\$85,00    | R\$85,00    |
| 13   | TOMADA EMBUTIR  | UND   | 40    | R\$8,00     | R\$320,00   |
| 14   | INTER. C/TOMADA                                       | UND   | 20    | R\$12,00    | R\$240,00   |
| 15   | FIO RIGIDO 10MM, ROLO 100 METROS                      | UND   | 02    | R\$874,58   | R\$1.749,16 |
| 16   | TUBO PVC 25MM   | METRO | 42    | R\$4,70     | R\$197,40   |
| 17   | TUBO PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | METRO | 54    | R\$10,00    | R\$540,00   |
| 18   | JOELHO BUCHA-LATÃO 25X20                              | UND   | 20    | R\$4,00     | R\$80,00    |
| 19   | TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM                                  | UND   | 12    | R\$2,00     | R\$24,00    |
| 20   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 25MM                              | UND   | 25    | R\$1,00     | R\$25,00    |
| 21   | TÊ PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                      | UND   | 4     | R\$10,00    | R\$40,00    |
| 22   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                  | UND   | 10    | R\$7,00     | R\$70,00    |
| 23   | REGISTRO 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 2     | R\$21,00    | R\$42,00    |
| 24   | LUVA PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 10    | R\$6,00     | R\$60,00    |
| 25   | LUVA PVC 25MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 5     | R\$2,00     | R\$10,00    |
| 26   | VEDA-ROSCA  | UND   | 4     | R\$4,00     | R\$16,00    |
| 27   | ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC (C/ PINCEL) - 240g | UND   | 3     | R\$16,00    | R\$48,00    |
| 28   | ARCO COM SERRA  | UND   | 1     | R\$64,35    | R\$64,35    |
| 29   | LIXA D'AGUA GRÃO 100                                  | UND   | 4     | R\$2,00     | R\$8,00     |
| 30   | DISCOS DE CORTE DE CONCRETO P/ SERRA MÁRMORE (MAKITA) | UND   | 6     | R\$18,00    | R\$108,00   |
| 31   | ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "U" P/ TUBOS DE PVC 50MM    | UND   | 40    | R\$3,50     | R\$140,00   |

|              |                     |     |    |         |              |
|--------------|---------------------|-----|----|---------|--------------|
| 32           | PARAFUSO 8X60       | UND | 80 | R\$1,20 | R\$96,00     |
| 33           | BUCHA DE NYLON Nº10 | UND | 80 | R\$1,20 | R\$96,00     |
| VALOR TOTAL: |                     |     |    |         | R\$31.036,00 |



Documento assinado digitalmente  
JAILSON OLIVEIRA DE LIMA  
Data: 19/11/2025 16:50:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



13.802.554/0001-54  
RUA JOSE PEDRO DE CARVALHO, Nº25  
CENTRO ARACI/BA - CEP: 48760-000



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

Santaluz, 24 de novembro de 2025.

Ao

Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA

**JUSTIFICATIVA DE PREÇO**

Em atenção à determinação, verifica-se que a planilha de especificação e preço apresentado pelo setor requisitante, a qual objetiva contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, **Declaro**:

Os preços presentes no referido Termo de Referência se encontram dentro do parâmetro de mercado, obtido pelo menos, três orçamentos de empresas do ramo. Nas realizações das(os) das(os) compras e/ou serviços, a entendimento do TCU é firme em suas atribuições constitucionais em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado **previamente** à fase externa da licitação, é uma **exigência legal para todos os processos licitatórios**. Como referência, citam-se os acórdãos 2.742/2017-1ª Câmara, 1.022/2013-Plenário, 3.506/2009-1ª Câmara, 1.379/2007-Plenário, 568/2008-1ª Câmara, 1.378/2008-1ª Câmara, 2.809/2008-2ª Câmara, 5.262/2008-1ª Câmara, 4.013/2008-13 Câmara, 1.344/2008-2ª Câmara, 837/2008-Plenário, 3.667/2009-2ª Câmara, 819/2009-Plenário, 2.170/2007-Plenário, 2380/2013-Plenário, 2337/2015-Plenário, 3.026/2010-Plenário, 868/2013-Plenário, 1.547/2007-Plenário e o processo TC nº. 013.754/2015-7. Por fim, é importante observar que "obrigação de seguir os preços praticados no mercado se aplica tanto à Administração Pública quanto aos colaboradores privados, pois ambos são destinatários do regime jurídico-administrativo relativo às contratações públicas". Para tanto em observância aos fundamentos nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 (art. 72, inc. VII).

Atenciosamente,

  
Isaias Carneiro Santos  
Diretor Administrativo



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

**GABINETE DO PRESIDENTE – AUTORIDADE COMPETENTE**

**DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÃO**

**Santaluz-BA, em 24 de novembro de 2025.**

A/C: Comissão de Contratação

REFERÊNCIA: Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme especificações e quantidades constantes no termo de referência.

Em resposta ao ofício expedido pelo Departamento Administrativo, no dia 24/11/2025, **AUTORIZO ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO** e encaminho ao setor de Licitações para demais providências administrativas.

**Reitero a necessidade de encaminhamento do processo para o setor contábil, visando à Indicação dos recursos orçamentários que correrão a despesa e para o setor jurídico para emissão de parecer acerca do atendimento dos requisitos exigidos pela Lei Federal 14.133/2021.**

---

Joseane Santos Lopes  
**Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA**



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

2

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003 DE 08 DE ABRIL DE 2025

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E  
ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO E AGENTE DE  
CONTRATAÇÃO, CONFORME A LEI  
14.133/2021.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor:

**CONSIDERANDO** a publicação da Lei Federal 14.133/2021, no dia 01 de abril de 2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

**CONSIDERANDO** que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do artigo 6º, inciso V, da Lei Federal 14.133/2021, agente público é o indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que conforme artigo art. 8 a Lei Federal 14.133/2021, a licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

**DECRETA**

**Art. 1º** - Fica instituída, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de SANTALUZ/BA a Comissão de Contratação, composta pelos servidores efetivos e comissionados, para, sob a presidência do primeiro, receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares:

1. Naiele Santos Silva - **membro** -portador do CPF de nº 066.160.455-10;

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO  
SANTALUZ - BAHIA - CEP: 48.880-000  
CNPJ: 13.227.459/0001-74

Endereço: R. Mal. Deodoro da Fonseca, 16 – Centro, Santaluz – BA, 48880-000 - Telefone: (75) 3265-2034





ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

3

2. Jeronimo Almeida Ferreira - **membro** - portador do CPF de nº 073.513.225-97;

3. Maiane de Matos Avelino - **membro** - portador do CPF de nº 064.081.425-59;

**Art. 2º** - Designa a servidora Irene Ferreira Rocha, CPF nº 073.602.575-81, como **Agente de Contratação** para tomar decisões, acompanhar o tramite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Parágrafo Único: Nas licitações na modalidade Pregão, o Agente de Contratação responsável pela condução do certame será designado Pregoeiro

**Art. 3º** - Os membros da comissão de contratação também atuarão como equipe de apoio do agente de contratação.

§1º - O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§2º - Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/21, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

**Art. 4º** - Quando do processo de contratação direta (dispensa, inexigibilidade de licitação), o mesmo será conduzido pelo Agente de Contratação.

**Art. 5º** - Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

**I** - Conduzir a sessão pública;

**II** - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

**III** - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO  
SANTALUZ - BAHIA - CEP: 48.880-000  
CNPJ: 13.227.459/0001-74

Endereço: R. Mal. Deodoro da Fonseca, 16 – Centro, Santaluz – BA, 48880-000 - Telefone: (75) 3265-2034





ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

4

**IV** - Coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;

**V** - Verificar e julgar as condições de habilitação;

**VI** - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

**VII** - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

**VIII** - Indicar o vencedor do certame;

**IX** - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

**X** - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

**XI** - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

**§1º** - A Comissão de Contratação conduzirá Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa, modalidade.

**§2º** - Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

**Art. 6º** - A Comissão de Contratação e o Agente de contratação será assistida em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

**Art. 7º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ-BA, EM  
08 DE ABRIL DE 2025**

**JOSEANE SANTOS LOPES**  
Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO  
SANTALUZ - BAHIA - CEP: 48.880-000  
CNPJ: 13.227.459/0001-74

Endereço: R. Mal. Deodoro da Fonseca, 16 – Centro, Santaluz – BA, 48880-000 - Telefone: (75) 3265-2034





ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

**PARECER CONTÁBIL**

**De:** Comissão de Licitação

**Para:** Setor de Contabilidade

**Assunto:** Resposta ao Processo Administrativo nº. 054/2025

Senhora Agente de Contratações,

Em resposta à solicitação formulada por vossa senhoria, em consoante ao dispositivo legal, especialmente do art. 60 da Lei 4.320/64 (TCU, Acórdão 423/2011-Plenário), CERTIFICO, para os devidos fins que a despesas relativas à contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, tenho a informa-lhe que:

- a) Existe previsão orçamentária para o valor da contratação e a mesma encontra-se reservada;
- b) As Dotações orçamentárias que correrão tal despesa são:  
Órgão: 01  
Projeto/atividade: 1.31.001.2.102  
Elemento de despesa: 3.3.90.30.00  
Fonte de recurso: 1500

Valor Global: R\$ 31.817,70 (trinta e um mil e oitocentos e dezessete reais e setenta centavos).

Atenciosamente,



---

**Roger Jacson Costa Araújo**  
Setor de Contabilidade



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

**EDITAL – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 040/2025**

**DISPENSA DE VALOR, COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI 14.133/21**

**(Processo Administrativo n.º 054/2025)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Câmara Municipal de Santaluz – Bahia, sediada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz – BA, CEP: 48.880-000, realizará Chamada Pública, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

**ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS** – As propostas poderão ser entregues pessoalmente na Câmara Municipal de Santaluz, no Setor de Compras, situado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz - BA, CEP: 48.880-000 das 08:00 hs às 12:00 hs, ou através do e-mail no endereço eletrônico: [camaramsladm@gmail.com](mailto:camaramsladm@gmail.com).

**LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:**

Data: 28/11/2025.

Horário: 12 Horas e 00 Minutos.

**DO OBJETO**

Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme especificações e quantidades constantes no termo de referência.

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Legislativo Municipal de Santaluz/BA, para exercício de 2025, na classificação abaixo:

Órgão: 01

Projeto/atividade: 1.31.001.2.102

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00

Fonte de recurso: 1500

**VALOR ESTIMADO**

O valor global estimado para a contratação será de R\$ 31.817,70 (trinta e um mil e oitocentos e dezessete reais e setenta centavos).

**PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO:**

A presente CHAMADA PÚBLICA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no diário oficial, e os respectivos documentos deverão



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

ser encaminhados ao e-mail: [camaramsladm@gmail.com](mailto:camaramsladm@gmail.com), preferencialmente fazendo referência a DISPENSA DE VALOR Nº 040/2025.

**HABILITAÇÃO JURÍDICA**

Cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do sócio ou representante legal;

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Sistemas (FGTS);

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Regularidade com os Tributos Federais e a União);

Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da empresa proponente, observada sua validade;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

**PROPOSTA DE PREÇO**

A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo deste Edital.

As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

| ITEM | DESCRIÇÃO                              | UND | QUANT | VLR. UNIT. | VLR. TOTAL |
|------|--|-----|-------|------------|------------|
| 01   | FIO FLEXIVEL 16MM, ROLO COM 100 METROS | UND | 04    |            |            |
| 02   | FIO FLEXIVEL 10MM, ROLO COM 100 METROS | UND | 06    |            |            |
| 03   | FIO FLEXIVEL 06MM, ROLO COM 100 METROS | UND | 06    |            |            |
| 04   | FIO FLEXIVEL 04MM, ROLO COM 100 METROS | UND | 06    |            |            |



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

|    |  |       |    |  |  |
|----|--|-------|----|--|--|
| 05 | FIO FLEXIVEL 2,5MM, ROLO COM 100 METROS                  | UND   | 06 |  |  |
| 06 | FIO FLEXIVEL 1,5MM, ROLO COM 100 METROS                  | UND   | 06 |  |  |
| 07 | TUBO ELETRODURO 11/4                                     | UND   | 50 |  |  |
| 08 | CAIXA P/36 DISJUNTOR C/ BARRAMENTO                       | UND   | 01 |  |  |
| 09 | FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO                                 | UND   | 10 |  |  |
| 10 | DISJUNTOR 25   | UND   | 25 |  |  |
| 11 | DISJUNTOR TRIFASICO 100                                  | UND   | 01 |  |  |
| 12 | HASTE 240  | UND   | 20 |  |  |
| 13 | TOMADA EMBUTIR   | UND   | 40 |  |  |
| 14 | INTER. C/TOMADA  | UND   | 20 |  |  |
| 15 | FIO RIGIDO 10MM, ROLO 100 METROS                         | UND   | 02 |  |  |
| 16 | TUBO PVC 25MM  | METRO | 42 |  |  |
| 17 | TUBO PVC 50MM - ÁGUA FRIA                                | METRO | 54 |  |  |
| 18 | JOELHO BUCHA-LATÃO 25X20                                 | UND   | 20 |  |  |
| 19 | TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM                                     | UND   | 12 |  |  |
| 20 | JOELHO PVC SOLDÁVEL 25MM                                 | UND   | 25 |  |  |
| 21 | TÊ PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                         | UND   | 4  |  |  |
| 22 | JOELHO PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                     | UND   | 10 |  |  |
| 23 | REGISTRO 50MM - ÁGUA FRIA                                | UND   | 2  |  |  |
| 24 | LUVA PVC 50MM - ÁGUA FRIA                                | UND   | 10 |  |  |
| 25 | LUVA PVC 25MM - ÁGUA FRIA                                | UND   | 5  |  |  |
| 26 | VEDA-ROSCA   | UND   | 4  |  |  |
| 27 | ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC (C/<br>PINCEL) - 240g | UND   | 3  |  |  |
| 28 | ARCO COM SERRA   | UND   | 1  |  |  |
| 29 | LIXA D'AGUA GRÃO 100                                     | UND   | 4  |  |  |
| 30 | DISCOS DE CORTE DE CONCRETO P/ SERRA<br>MÁRMORE (MAKITA) | UND   | 6  |  |  |
| 31 | ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "U" P/ TUBOS<br>DE PVC 50MM    | UND   | 40 |  |  |
| 32 | PARAFUSO 8X60  | UND   | 80 |  |  |
| 33 | BUCHA DE NYLON Nº10                                      | UND   | 80 |  |  |
|    | VALOR TOTAL:   |       |    |  |  |

### **PAGAMENTO**

O pagamento decorrente de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata art. 72 da Lei 14.133, 01 de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos, da Lei nº. 14.133 de 01 de abril de 2021.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Poderá a Câmara Municipal revogar o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital da Chamada Pública, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

A anulação do procedimento de Chamada Pública, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito por parte da a Câmara Municipal de Santaluz/BA.

Santaluz/BA, em 24 de novembro de 2025.

---

**Irene Ferreira Rocha**  
**Agente de Contratações**



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

TERMO DE REFERÊNCIA

Órgão responsável: Departamento Administrativo

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme itens constantes no termo de referência.

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UND   | QUANT | VLR. UNIT. | VLR. TOTAL |
|------|---|-------|-------|------------|------------|
| 01   | FIO FLEXIVEL 16MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 04    |            |            |
| 02   | FIO FLEXIVEL 10MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    |            |            |
| 03   | FIO FLEXIVEL 06MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    |            |            |
| 04   | FIO FLEXIVEL 04MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    |            |            |
| 05   | FIO FLEXIVEL 2,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    |            |            |
| 06   | FIO FLEXIVEL 1,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    |            |            |
| 07   | TUBO ELETRODURO 11/4                                  | UND   | 50    |            |            |
| 08   | CAIXA P/36 DISJUNTOR C/ BARRAMENTO                    | UND   | 01    |            |            |
| 09   | FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO                              | UND   | 10    |            |            |
| 10   | DISJUNTOR 25  | UND   | 25    |            |            |
| 11   | DISJUNTOR TRIFASICO 100                               | UND   | 01    |            |            |
| 12   | HASTE 240   | UND   | 20    |            |            |
| 13   | TOMADA EMBUTIR  | UND   | 40    |            |            |
| 14   | INTER. C/TOMADA                                       | UND   | 20    |            |            |
| 15   | FIO RIGIDO 10MM, ROLO 100 METROS                      | UND   | 02    |            |            |
| 16   | TUBO PVC 25MM   | METRO | 42    |            |            |
| 17   | TUBO PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | METRO | 54    |            |            |
| 18   | JOELHO BUCHA-LATÃO 25X20                              | UND   | 20    |            |            |
| 19   | TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM                                  | UND   | 12    |            |            |
| 20   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 25MM                              | UND   | 25    |            |            |
| 21   | TÊ PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                      | UND   | 4     |            |            |
| 22   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                  | UND   | 10    |            |            |
| 23   | REGISTRO 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 2     |            |            |
| 24   | LUVA PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 10    |            |            |
| 25   | LUVA PVC 25MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 5     |            |            |
| 26   | VEDA-ROSCA  | UND   | 4     |            |            |
| 27   | ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC (C/ PINCEL) - 240g | UND   | 3     |            |            |
| 28   | ARCO COM SERRA  | UND   | 1     |            |            |
| 29   | LIXA D'AGUA GRÃO 100                                  | UND   | 4     |            |            |
| 30   | DISCOS DE CORTE DE CONCRETO P/ SERRA MÁRMORE (MAKITA) | UND   | 6     |            |            |



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

|    |  |     |    |  |  |
|----|--|-----|----|--|--|
| 31 | ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "U" P/ TUBOS DE PVC 50MM | UND | 40 |  |  |
| 32 | PARAFUSO 8X60                                      | UND | 80 |  |  |
| 33 | BUCHA DE NYLON Nº10                                | UND | 80 |  |  |
|    | VALOR TOTAL:                                       |     |    |  |  |

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação de empresa especializada para o fornecimento de material elétrico e hidráulico justifica-se pela necessidade de garantir a adequada manutenção, conservação e funcionamento das instalações físicas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, assegurando condições seguras e contínuas para o desenvolvimento das atividades administrativas e legislativas.

2.2. Os materiais elétricos e hidráulicos são indispensáveis à realização de manutenções preventivas e corretivas, reparos emergenciais, substituição de componentes desgastados ou danificados, bem como à adequação das instalações às necessidades operacionais do Poder Legislativo, evitando interrupções nos serviços públicos e prejuízos ao regular funcionamento da Casa.

2.3. A aquisição regular desses materiais contribui para a eficiência operacional, permitindo a pronta resposta a demandas técnicas rotineiras e imprevistas, além de reduzir custos decorrentes de danos maiores ocasionados pela postergação de manutenções necessárias, observando-se o princípio da economicidade.

2.4. A contratação junto a empresa especializada assegura o fornecimento de materiais em conformidade com as especificações técnicas, normas de segurança, padrões de qualidade e exigências legais aplicáveis, garantindo maior durabilidade, confiabilidade e segurança das instalações elétricas e hidráulicas.

2.5. A adequada manutenção das instalações físicas contribui para a preservação do patrimônio público, segurança de servidores, parlamentares e visitantes, bem como para a melhoria das condições de trabalho e atendimento ao público.

2.6. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a continuidade dos serviços públicos, a eficiência administrativa, a segurança das instalações e o atendimento ao interesse público, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e razoabilidade.

2.7. Diante do exposto, resta caracterizada a necessidade da contratação por Dispensa de Licitação, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021,



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

observados os limites legais, a realização da pesquisa de preços e o atendimento às demais exigências normativas.

**3. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:**

3.1. O presente termo de referência tem como base legal a Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), especificadamente seu art. 75, inciso II, e visa contratar a empresa que ofertar o menor preço global.

**4. DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:**

4.1. Considerando o valor da contratação sugerimos que seja feita uma dispensa de licitação com base no art. 75 da lei de licitações 14.133 de 01 de abril de 2021.

4.2. A contratação será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei de Licitações, que diz:

*Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:*

*I - dispensa de licitação em razão de valor;*

**5. TIPO DE CONTRATAÇÃO:**

5.1. Tipo de contrato aplicado a esta solicitação é o contrato de execução indireta e tem como objeto, o trato formal no âmbito do Direito Administrativo para a execução de uma atividade de interesse público, prestada à Câmara Municipal para atendimento de suas atividades.

**6. EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO:**

6.1. Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, nos termos do artigo 72, da Lei Federal 14.133/2021.

6.2. Será exigido, conforme artigo 62 da Lei Federal 14.133/2021, documentos referentes a habilitação jurídica (premissa do artigo 66), habilitação técnica (rol do artigo 67), habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68) habilitação econômico-financeira (rol do artigo 69), todos da mesma legislação (Lei Federal 14.133/2021).

6.3. Sendo assim, os documentos exigidos serão:



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

1. Contrato social da empresa (todas as alterações ou última consolidação);
2. Documento de Identificação dos sócios da empresa;
3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal;
5. Regularidade perante a Fazenda Municipal;
6. Regularidade perante a Fazenda Estadual;
7. Regularidade perante a Fazenda Federal;
8. Regularidade perante a Caixa Econômica Federal;
9. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
10. Atestado de capacidade técnica profissional e/ou operacional;

### **7. DA FISCALIZAÇÃO**

7.1. A fiscalização da contratação, decorrente desta Dispensa de Licitação, será acompanhada e fiscalizada por servidor da Administração, especialmente designados, nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021.

7.2. A contratante deverá indicar um responsável legal, através de documento encaminhado para o e-mail **camaramsladm@gmail.com** ou protocolado pessoalmente no setor de licitações e contratos deste município, indicando os respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa municipalidade na execução do contrato decorrente da dispensa de Licitação objeto deste termo de referência.

### **8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida dispensa de licitação, se dará:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

8.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, respeitada a ordem cronológica.

8.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

8.4. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

8.5. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.7. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.9. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal 14.133/2021.

#### **9. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

9.1. Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01

Projeto/atividade: 1.31.001.2.102

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00

Fonte de recurso: 1500

#### **10. DO PRAZO CONTRATUAL**

10.1. O prazo de vigência do contrato é fixado a partir da data da sua assinatura, e terá duração até 12 (doze) meses, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

#### **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A CONTRATADA obriga-se a:

11.1.1. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

11.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

11.1.3. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Câmara Municipal de Santaluz/BA ou a terceiros;

11.1.4. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

11.1.6. apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

11.1.7. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;

11.1.8. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

11.1.9. relatar à Câmara Municipal de Santaluz/BA toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.1.10. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.11. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

11.1.12. não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;

11.1.13. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.1.14. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.1.15. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.1.16. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

11.1.17. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços:

11.1.18. Substituir, no prazo de 02:00 (horas), em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.1.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.1.19.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.1.20. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

11.2. Assegurar à CONTRATANTE:

11.2.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.2.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

11.3. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Termo de Referência.

11.4. Os termos indicados na proposta vinculam a referida contratação;

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

12.1.1 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

12.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.1.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação.

12.2. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.2.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.2.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.2.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.2.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.3. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.3.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-Santaluz, quando for devido;

12.3.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

12.3.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.4. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

12.5. Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.7. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.9. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e Santaluz no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

13.1. A Câmara Municipal de Santaluz/BA, reserva-se no direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal 14.133/2021.

13.3. Fica eleito o foro competente da Comarca Contratante como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

#### **14. DO REAJUSTE**

14.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

14.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento de preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

14.7. O reajuste será realizado por apostilamento

#### **15. DAS SANÇÕES**



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

15.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto desse contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, sanções previstas em Lei, sempre respeitando o contraditório e ampla defesa.

Santaluz, em 24 de novembro de 2025.

---

**Irene Ferreira Rocha**  
**Agente de Contratações**



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

ANEXO 1  
PROPOSTA COMERCIAL

**Objeto:** Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme especificações e quantidades constantes no termo de referência.

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UND   | QUANT | VLR. UNIT. | VLR. TOTAL |
|------|---|-------|-------|------------|------------|
| 01   | FIO FLEXIVEL 16MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 04    |            |            |
| 02   | FIO FLEXIVEL 10MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    |            |            |
| 03   | FIO FLEXIVEL 06MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    |            |            |
| 04   | FIO FLEXIVEL 04MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    |            |            |
| 05   | FIO FLEXIVEL 2,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    |            |            |
| 06   | FIO FLEXIVEL 1,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    |            |            |
| 07   | TUBO ELETRODURO 11/4                                  | UND   | 50    |            |            |
| 08   | CAIXA P/36 DISJUNTOR C/ BARRAMENTO                    | UND   | 01    |            |            |
| 09   | FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO                              | UND   | 10    |            |            |
| 10   | DISJUNTOR 25  | UND   | 25    |            |            |
| 11   | DISJUNTOR TRIFASICO 100                               | UND   | 01    |            |            |
| 12   | HASTE 240   | UND   | 20    |            |            |
| 13   | TOMADA EMBUTIR  | UND   | 40    |            |            |
| 14   | INTER. C/TOMADA                                       | UND   | 20    |            |            |
| 15   | FIO RIGIDO 10MM, ROLO 100 METROS                      | UND   | 02    |            |            |
| 16   | TUBO PVC 25MM   | METRO | 42    |            |            |
| 17   | TUBO PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | METRO | 54    |            |            |
| 18   | JOELHO BUCHA-LATÃO 25X20                              | UND   | 20    |            |            |
| 19   | TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM                                  | UND   | 12    |            |            |
| 20   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 25MM                              | UND   | 25    |            |            |
| 21   | TÊ PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                      | UND   | 4     |            |            |
| 22   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                  | UND   | 10    |            |            |
| 23   | REGISTRO 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 2     |            |            |
| 24   | LUVA PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 10    |            |            |
| 25   | LUVA PVC 25MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 5     |            |            |
| 26   | VEDA-ROSCA  | UND   | 4     |            |            |
| 27   | ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC (C/ PINCEL) - 240g | UND   | 3     |            |            |
| 28   | ARCO COM SERRA  | UND   | 1     |            |            |
| 29   | LIXA D'AGUA GRÃO 100                                  | UND   | 4     |            |            |
| 30   | DISCO DE CORTE DE CONCRETO P/ SERRA MÁRMORE (MAKITA)  | UND   | 6     |            |            |



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

|    |  |     |    |  |  |
|----|--|-----|----|--|--|
| 31 | ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "U" P/ TUBOS DE PVC 50MM | UND | 40 |  |  |
| 32 | PARAFUSO 8X60                                      | UND | 80 |  |  |
| 33 | BUCHA DE NYLON Nº10                                | UND | 80 |  |  |
|    | VALOR TOTAL:                                       |     |    |  |  |

- Validade: 60 (sessenta) dias.
- Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;
- Razão social;
- N° do CNPJ:

Apresentamos nossa proposta conforme o serviço e preço, estabelecidos no Edital.

\_\_\_\_\_, em 0x de novembro de 2025.

**Carimbo do CNPJ da empresa e assinatura do responsável**



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

## ANEXO 2

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº XXX/2025

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_ (CNPJ Nº), sediada no (a) \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2025.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

**ANEXO 3**  
**DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº ....., com sede à .....,  
declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no  
presente processo licitatório DISPENSA DE LICITAÇÃO nº xxx/2025, ciente da obrigatoriedade de  
declarar ocorrências posteriores.

Cidade, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2025.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

## ANEXO 4

**MODELO - Declaração da licitante de cumprimento ao artigo  
7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº xxx/2025**

### DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, declara par aos devidos fins do disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Sim ( )      Não ( )

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2025.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

## ANEXO 5

### MINUTA DE CONTRATO Nº xxx/2025

Termo de Contrato de prestação de serviços que entre si fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA e a Pessoa Jurídica xxxxxxxx.

Pelo presente contrato de fornecimento na **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ, Estado da Bahia**, que entre si fazem, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ-BA**, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz/BA, CEP: 48.880-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 13.227.459/0001-74, representado(a) pelo(a) Presidente(a), Sr(a). Joseane Santos Lopes, inscrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 031.206.095-52 e portadora do RG nº 16.430.358-86 SSP/BA, doravante designado simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado, a empresa XXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX, sediada na xxxxxx, xxxxxxxx, xxxxxxxx, Bahia, com seu representante legal, conforme Ato Constitutivo, a seguir denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato para fornecimento, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e da Lei nº 123/2006, e pelas demais disposições pertinentes.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme itens constantes no termo de referência.

1.2 - Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as disposições e condições do **Edital de Dispensa de Licitação nº. XXX/2025**, bem como a Proposta de Preços da CONTRATADA, Anexos e pareceres que formam o procedimento licitatório.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

2.1 - Os serviços serão executados em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA, vez que compõe, em todos os seus termos, o **Processo Administrativo n. XXX/2025** e a **Dispensa de Licitação XXX/2025**.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

3.1 - O prazo de vigência do Contrato será de XX (XXX) meses, vigorando a partir do dia XX/XX/2025, até o dia XX/XX/202X, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

3.2 - A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

**CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

4.1 - O valor global estimado é de R\$ XX.XXX,00 (XXXX mil e XXXX reais).

4.2 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (Trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

4.2.1 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

4.3 - A apresentação da Nota Fiscal de fatura deverá estar em total conformidade com o presente instrumento contratual e sua proposta, e deverá ser acompanhada da regularidade fiscal, social e trabalhista, com vigência na data de protocolo na administração pública;

4.4 - A nota fiscal deverá estar acompanhada de relatório assinado pelo gestor, contendo descrição dos itens conforme contrato e Ordem de Serviços - OS;

4.5 - Apresentar relação de Documentos solicitação na Habilitação Jurídica, Fiscal e Técnica da qual decorre este instrumento contratual;

4.6 - Apresentar cópia do presente Contrato somados aos seus aditivos quando houver; Todos os pagamentos serão realizados preferencialmente por conduto do PIX;

4.7 - O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da liquidação, nos termos do inciso I do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, caput do art. 331, 333, 368 e 371 da Lei Federal nº 10.406/2002, sendo permitido o pagamento nos termos do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021 desde que haja motivação expressa pelo signatário da Contratante que inquestionavelmente justifique o fato;

4.8. Os pagamentos em atraso serão acrescidos de juros de mora de 0,01% ao dia, considerando a contagem de prazo prevista no caput do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.9 - Na hipótese da aplicação de multas, só será permitido a liquidação da Nota Fiscal e a efetuação do pagamento após comprovação de recolhimento aos cofres públicos das multas aplicadas, ficando suspenso os prazos para fins de reajustes por atrasos no pagamento;

4.10. As notas fiscais deverão ser enviadas para o e-mail camaramsladm@gmail.com acompanhada dos respectivos arquivos \*.xml;



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

4.11 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Santaluz/BA, inscrita no CNPJ/MF 13.227.459/0001-74, sediada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, centro, Santaluz / Estado da Bahia, neste Município.

4.12 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

4.13 - Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IGP – M (Índice Geral de Preços do Mercado), cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

4.14 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.15 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.16 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.17 - Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.18 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.19 - O reajuste será realizado por apostilamento.

4.20 - Após o intervalo de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

4.21 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

4.21.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

4.21.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta.

4.22 - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

4.23 - A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária Anual relativa ao corrente exercício, na classificação abaixo:

Órgão: 01

Projeto/atividade: 1.31.001.2.102

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00

Fonte de recurso: 1500

**CLÁUSULA SEXTA – DO APOSTILAMENTO**

6.1 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 - As apostilas deverão ser realizadas pela autoridade competente ou fiscal do contrato, sendo de sua inteira responsabilidade realizar as anotações no verso da primeira folha deste instrumento, no lado esquerdo, devendo conter de forma sucinta e clara: a alteração, data, local e assinatura do autor;

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

7.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas dos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

7.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores especificamente designados, pelo Decreto Legislativo xx/2025, como Representantes da Administração, que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, pela disciplina do art. 117 §1º §2º §3º Lei nº 14.133, de 2021;

8.2 – O Fiscal deste contrato será o(a) SR(a). XXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX assumindo total responsabilidade pela execução do presente instrumento, ou profissional designado por meio de portaria ou decreto específico que deverá ser juntada posteriormente a este instrumento;

8.3 - Compete ao Sistema de Controle Interno fiscalizar o fiscal do contrato, inclusive fiscalizar as ações ou omissões definidas na cláusula anterior, e informar a autoridade competente ou preposto qualificado como representante da contratante os atos praticados pelo fiscal, assim como responder solidariamente pelas ações, omissões ou inércia na fiscalização do presente instrumento, sendo plenamente proibida a fiscalização de contratos por amostragem.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES**

##### **9.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:**

9.1.1) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

9.1.2) Notificar, por escrito, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção;

9.1.3) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

9.1.4) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

9.1.5) Rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta;

9.1.6) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

9.1.7) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas;



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

- 9.1.8) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos itens a serem entregues;
- 9.1.9) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;
- 9.1.10) Realizar Auditoria por meio do Sistema de Controle Interno em todos os procedimentos realizados pela CONTRATADA, sempre que entender necessário;
- 9.1.11) Requerer quando for necessário dos representantes técnicos da empresa, do administrador e demais profissionais informações pertinentes a execução do contrato, que deverá ser fornecida de imediato com carência máxima de 72 (setenta e duas) horas;
- 9.1.12) Atestar a entrega dos bens e/ou dos serviços, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo, e após atesto e visto do Sistema de Controle Interno;
- 9.1.13) Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA de acordo com seu regime de Tributação;
- 9.1.14) Efetuar o pagamento mensal devido pela perfeita execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 9.1.15) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- 9.1.16) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- 9.1.17) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- 9.1.18) Rejeitar os itens em desconformidade com o presente instrumento;
- 9.1.19) Rescindir o presente instrumento "unilateralmente" ou "bilateralmente" por conveniência e oportunidade nos termos da legislação vigente;
- 9.1.20) Suspender a execução do contrato a qualquer tempo que for detectado fraude no processo licitatório que decorreu este instrumento;
- 9.1.21) Suspender, sem danos para a administração, a execução do contrato se a CONTRATADA se envolver em escândalos que mancham a sua reputação ética e moral, até conclusão de processo administrativo que deverá iniciar de ofício sob penas de responsabilidade para o gestor do contrato;
- 9.1.22) Rescindir unilateralmente o presente instrumento na hipótese das contas do gestor serem reprovadas no Tribunal de Contas, em decorrências de erros, imperícias e demais vícios que decorra de mau assessoramento, execução, inexecução, inércia, prevaricação por parte da CONTRATADA, desde que devidamente comprovada a culpa ou o dolo por meio de processo administrativo, sendo assegurado a contraditória e ampla defesa;



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

9.1.23) Abrir processo administrativo sempre que entender necessário para apuração de fatos que possam acarretar prejuízos para a administração, e constatado o dano ou a mera expectativa de dano, rescindir unilateralmente o presente instrumento, sendo assegurado o pagamento do objeto, nos termos da legislação em vigor;

9.1.24) A Administração Pública não responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

**9.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

9.2.1) Os serviços deverão ser prestados em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo Poder Legislativo, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.2.2) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação;

9.2.3) Prestar esclarecimento à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos;

9.2.4) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE;

9.2.5) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

9.2.6) Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos objetos, cabendo-lhe arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade com a CONTRATANTE, ficando vinculada,

se motivadamente for necessário, por força de exigência dos Controles externo e/ou interno, apresentar ao Fiscal do Contrato comprovação do recolhimento do FGTS, INSS, referente à força de trabalho alocado nas atividades, objeto do Contrato, sob pena de não serem liberados os pagamentos das faturas apresentadas pela CONTRATADA;

9.2.7) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

- 9.2.8) Manter, para atendimento dos pedidos, prepostos durante todo o período de vigência do Contrato, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 9.2.9) Providenciar para que todos os seus empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, cumpram as normas de segurança internas relativas aos locais onde será entregue o objeto;
- 9.2.10) Exigir de seus empregados que se mantenham uniformizados e identificados por crachás com fotografias recentes, obedecendo às normas disciplinares do Controle Interno deste Município, sem qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, quando for necessária sua permanência dentro das dependências da administração pública;
- 9.2.11) Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;
- 9.2.12) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido;
- 9.2.13) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.14) Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura, pela CONTRATANTE;
- 9.2.15) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- 9.2.16) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho de suas funções ou em conexão com eles, ainda que aconteçam em dependência da CONTRATANTE;
- 9.2.17) Assumir todos os possíveis danos físicos e materiais causados a CONTRATANTE ou a terceiros, advindo de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução de suas funções;
- 9.2.18) É vedada à veiculação de publicidade acerca deste contrato, assim como a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução do objeto, sem o consentimento, por escrito, do Gestor do Contrato e/ou da CONTRATANTE;



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

9.2.19) Acompanhar o controle dos contratos, se responsabilizando pelas entregas em quantidades maiores do que as estabelecidas no instrumento contratual sem a devida formulação legal, fora do estabelecido no contrato etc., em todos os casos, a prestação em excesso não cria ônus para a administração, não cabendo a CONTRATADA realizar qualquer cobrança;

9.2.20) Comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do objeto;

9.2.21) Comprovar a regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, relativo mês do objeto constante da fatura (Lei nº 4.923/65);

9.2.22) Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

9.2.23) A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos termos do inciso XVII do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser motivo de rescisão contratual unilateral;

9.2.24) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento;

9.2.25) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

9.2.26) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.2.27) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis;

### **9.3. Das proibições**

9.3.1) Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

9.3.2) Interromper a entrega do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

9.3.3) Veicular a execução ou inexecução do contrato a propaganda ou anúncios de qualquer espécie ou pretexto a partidos políticos ou seus



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

integrantes, mídia e afins, sendo permitido somente para todos os fins de discordância contratual ou inadimplência o devido processo legal – administrativamente ou via judicial;

9.3.4) Na existência de processo judicial fica a CONTRATADA proibida de expor a terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE ou do magistrado os motivos do litígio, os acordos firmados, os prejuízos acumulados e qualquer outra informação, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da expedição do Alvará;

**9.4. Das Normas Nacionais e Internacional de Anticorrupção**

9.4.1) A CONTRATADA declara que conhece as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 9.613/98 e a Lei nº 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, “Leis Anticorrupção”. Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente Contrato, compromete-se a CONTRATADA a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

9.4.2) A CONTRATADA declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, e compromete-se a cumprir fielmente as disposições, comprometendo-se ainda a denunciar à CONTRATANTE qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada na Lei Federal 8.429/1993;

9.4.3) Obriga-se a CONTRATADA, de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Compromete-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores, colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.

9.4.4) A CONTRATADA deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o processo de contratação e execução deste Contrato. É dever da CONTRATADA treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção.



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

9.4.5) A CONTRATADA declara que nos últimos 05 (cinco) anos não foi objeto de nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionado ao descumprimento das Leis Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro, e que suas atividades estão em conformidade com estas leis.

9.4.6) A CONTRATADA declara, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a ele relacionada que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente Contrato.

9.4.7) Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste Contrato deverá estar acompanhada de fatura/nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos itens, conforme o caso.

9.4.8) Qualquer violação, por parte da CONTRATADA, das Leis Anticorrupção ou da presente Cláusula (Leis Anticorrupção) - será considerada uma infração grave a este Contrato, e consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo à CONTRATANTE o direito de declarar rescindido imediatamente o presente Contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando a CONTRATADA responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.

9.4.9) O presente Contrato poderá ser imediatamente rescindido pela CONTRATANTE, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da CONTRATADA, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, oclusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (conforme Lei nº 9.613/98), seja na execução do presente Contrato ou em quaisquer outros Contratos em que figurar como CONTRATADA, seja com entes públicos ou privados.

9.4.10) A CONTRATADA notificará prontamente, por escrito, à CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta Cláusula – Leis Anticorrupção – ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista na Lei Federal 8.429/1993.

9.4.11) A CONTRATADA é responsável solidária por danos causados a terceiros no uso de carro locado nos termos da Súmula nº 492 do Supremo Tribunal Federal – STF;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 - Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, será motivo de penalidades:

11.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.3 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4 - Dar causa à inexecução total do contrato;

11.5 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.6 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.7 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.8 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.9 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.10 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.11 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.12 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.13 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.14 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

11.14.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.14.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.14.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

11.15 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, a Câmara Municipal poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

11.16 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante;

11.17 - As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência;

11.17.1 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.18 - No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada;

11.19 - Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do valetransporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o município;

11.20 - A Aplicação da penalidade de rescisão contratual ou suspensão repercutirá sobre todos os demais atos pertencentes ao mesmo contratante;

11.21 - O Contrato será rescindido unilateralmente se a contratada ou qualquer de seus sócios forem condenados pelos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021; os crimes previstos na Lei Federal 8.137/1990; os crimes definidos na Lei Federal 8.429/992 e demais crimes contra a ordem pública;

11.22 - Havendo suspensão contratual, será dado aviso com antecedência mínimo de 30 dias corridos, nos termos do art. 599, § único do Código Civil - CC e art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que for melhor conveniente para a administração em manifesta observância ao poder de império da administração pública;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

12.1 - As partes terão direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades cabíveis quando for o caso.



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

12.2 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

12.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PUBLICAÇÃO**

14.1 – O presente Contrato tem embasamento legal no artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, atualizado através do Decreto Federal 11.871/23, publicado no DOU no dia 29.12.2023.

14.2 – A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, nos termos do inciso I, do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.3 - A versão integral do contrato será disponibilizada no sítio da entidade, em cumprimento do § 1º, do art. 175 da Lei Federal nº 14.133/2021, até a disponibilização pelo governo Federal do Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie, e em sua inércia a jurisprudência do Tribunal de Contas da União aplicasse-a a jurisprudência de Tribunal de Contas mais benéfica para a Contratante;

15.2 - A critério da autoridade superior poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, a ser constituído



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

pela autoridade competente nos termos do art. 151 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.3 - Nos termos § 1º do art.92 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica designado o foro da Sede da Contratante para dirimir qualquer questão contratual, renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

Santaluz - BA, xx de xxxxxx de 2025.

---

**Joseane Santos Lopes**  
**Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA**  
**CONTRATANTE**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Pessoa Jurídica**  
**CONTRATADA**



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

**Santaluz - BA, 24 de novembro de 2025.**

**Da:** Comissão de Contratação

**Para:** Procuradoria Jurídica e/ou Assessoria Jurídica

**Assunto:** Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme itens constantes no termo de referência.

**Processo Administrativo: 054/2025.**

Em conformidade com Lei Federal 14.133/2021, precisamente em seu artigo 72, inciso III, solicito que seja previamente examinada a solicitação para contratação através de dispensa de licitação, e que seja elaborado um parecer jurídico para que o mesmo transcorra dentro dos tramites legais e lisura administrativa.

Segue em anexo todo Processo Administrativo contendo as peças necessárias para devida apreciação.

Caso opine favoravelmente pela contratação favor encaminhar parecer jurídico favorável para que a autoridade superior autorize a contratação e proceda com a devida publicidade, nos termos do artigo 72, parágrafo único da Lei Federal 14.133/2021.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

---

**Irene Ferreira Rocha**  
**Agente de Contratações**



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

---

## **PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 054/2025**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO nº: 040/2025**

**INTERESSADO: Comissão de Licitações**

**ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA.**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ANÁLISE DE MINUTAS. POSSIBILIDADE LEGAL. PARECER FAVORÁVEL. ART. 75, II DA LEI Nº 14.133/21.**

### **I. RELATÓRIO**

Veio a esta consultoria técnica especializada, para análise jurídica, o processo de dispensa de licitação que tem por finalidade a **contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme itens constantes no termo de referência.**

O serviço que a Administração pretende contratar encontra-se delimitado no pedido inicial, nos termos do Art. 72, incisos I e II da Lei 14.133/21, tudo isso com o escopo de resguardar a legalidade dos atos.

No que importa à presente análise, os autos foram autuados e vieram instruídos com os seguintes documentos:

- a. Requisição de despesa;
- b. Termo de Referência;
- c. Modelo de Proposta;
- d. Cotações e Mapa de preços;
- e. Autorização de abertura;
- f. Portaria de designação da comissão;
- g. Autuação;
- h. Minuta de Edital;
- i. Solicitação de Parecer Jurídico;



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

---

É o relato do essencial.

**II. ANÁLISE JURÍDICA**

Inicialmente mister observarmos que o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexistência de licitação, *in verbis*:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Contudo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, poderá ser dispensada a licitação para aquisições que envolva valores inferiores a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme o estipulado nos termos do Art.75, inciso II, da mesma Lei de Licitações.

No presente caso, a justificativa apresentada para a contratação direta foi o critério valorativo do serviço a ser contratado, de modo a implicar que a realização de procedimento de licitação para a contratação deste seria medida desarrazoada, haja vista seu valor diminuto. Portanto, os critérios e requisitos legais a serem preenchidos para amoldar o caso concreto à hipótese permissiva excepcional são os seguintes, previstos na supramencionada lei:

*Art. 75. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;*

Considerando, ainda, que o Decreto 12.343/2024 atualizou os valores estabelecidos pela Lei nº 14.133/21, modificando o valor previsto no Art. 75, inciso II para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

Ao verificar os dados acima, tomando por base o valor estimado para o certame, infere-se que se enquadra legalmente na dispensa de licitação. Não havendo, portanto, óbices jurídicos quanto a estes aspectos.

Outrossim, há a exigência de documentos a serem apresentados para a realização de contratações diretas, conforme determina o Art. 72 da Lei 14.133/2021. Assim vejamos:

*Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*

*II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;*

*III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*

*IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*

*V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*

*VI - razão da escolha do contratado;*

*VII - justificativa de preço;*

*VIII - autorização da autoridade competente.*

Vê-se, assim, que o Administração realizou cotação de preços, considerando pesquisa direta com fornecedores e as quantidades a serem contratadas, em consonância com o Art. 23 da Lei 14.133/21.

Os responsáveis pela condução do presente processo de Dispensa deverão verificar se a empresa a ser contratada preenche os requisitos.

Além disso, vislumbra-se do restante da documentação colacionada, que foram apresentados todos os documentos necessários. Respeitando-se, assim, o que a lei estabelece para a legalidade das contratações diretas.

No que tange à minuta do contrato e sua concordância com as imposições do Art. 92 da Lei 14.133/2021, observa-se a obrigatoriedade da abordagem das seguintes cláusulas:

*Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:*

*I - o objeto e seus elementos característicos;*

*II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;*

*III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;*



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;*  
*V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;*  
*VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;*  
*VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;*  
*VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;*  
*IX - a matriz de risco, quando for o caso;*  
*X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;*  
*XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;*  
*XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;*  
*XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;*  
*XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;*  
*XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;*  
*XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;*  
*XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;*  
*XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;*  
*XIX - os casos de extinção.*

Por fim, da análise da minuta do contrato vinculado ao instrumento convocatório entende-se que os requisitos mínimos do Art. 92 da Lei licitações foram atendidos, havendo o atendimento aos preceitos legais, bem como a observância das minúcias necessárias a adequada prestação do serviço, conforme demanda da administração pública, dentro das especificações contidas no edital.



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

Feitas estas premissas, infere-se que o procedimento para realização da licitação, até o presente momento, encontra-se em conformidade com os parâmetros legais, não havendo obstáculos jurídicos à sua abertura.

Desta feita, entendemos que o procedimento atendeu as exigências previstas na legislação atinente.

**IV. DO PREÇO**

De mais a mais, consta dos autos justificativa de preços, estes inclusive avalizados conforme orientações e parâmetros governamentais, de modo a garantir sua compatibilidade com o praticado no mercado especializado e princípios informadores da Administração Pública, notadamente economicidade e razoabilidade.

*In casu*, verifica-se a realização de coleta de preços no mercado com, pelo menos, 03 (três) fornecedores que atuam no mesmo ramo.

Não obstante, a contratação direta deverá ser precedida, preferencialmente, da divulgação do aviso da dispensa de licitação, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, conforme disposto no §2º do art. 75 da Lei 14.133/21.

De tal modo, a dispensa de licitação deve ser precedida de um processo com estrita observância dos princípios que norteiam a Administração Pública, de modo que seja contratada a proposta mais vantajosa ao Poder Público.

Observe-se ainda que tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. *“Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento.”* - Manual TCU.

**V. CONCLUSÃO**

Considerando as peças colacionadas aos presente autos, trazidas ao conhecimento dessa assessoria, bem como a incidência do normativo aplicável ao caso sub examine, face à adequação ao estabelecido pela Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores e demais artigos aplicáveis à espécie, podendo o feito ter o seu prosseguimento, com vistas ao fim colimado pelo interesse público.

ANTE O EXPOSTO, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Assessoria Jurídica, diante da



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

documentação acostada aos autos, entendo pela possibilidade da dispensa de licitação e aprovação da minuta do contrato, **pelo que se conclui e se opina pela aprovação e regularidade do processo adotado até o presente momento**, estando cumpridos todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade da presente Dispensa de Licitação, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto.

Assim, é o parecer que submetemos à consideração de Vossa Excelência.

S.M.J.

Santaluz/BA, 24 de novembro de 2025.

**Danilo de Souza Cruz**  
**OAB/BA 39.787**



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025

ART. 75, INCISO II, § 2º E 3º DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021

Nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Câmara Municipal de Santaluz, Estado da Bahia, torna público aos interessados que pretende realizar a contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme descrição e quantidades constantes no Termo de Referência.

As empresas interessadas e que atendam ao objeto desta contratação, devem enviar Proposta de Preços até o dia e hora designados abaixo, como limite para apresentação, respeitado o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que será escolhida a mais vantajosa.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 28/11/2025 às 12:00 horas.

A Proposta de Preços poderá ser entregue pessoalmente na Câmara Municipal de Santaluz, no Setor de Compras, situado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz - BA, CEP: 48.880-000 das 08:00 hs às 12:00 hs, ou através do e-mail no endereço eletrônico: [camaramsladm@gmail.com](mailto:camaramsladm@gmail.com).

Qualquer esclarecimento ou solicitação poderá ser realizado através de mesmo endereço físico ou eletrônico.

Santaluz - Bahia, 25 de novembro de 2025.

Irene Ferreira Rocha  
Agente de Contratações

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO  
SANTALUZ - BAHIA - CEP: 48.880-000  
CNPJ: 13.227.459/0001-74

**PROPOSTA DE PREÇO**

A empresa JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 13.802.554/0001-54, estabelecida na Rua Vicente Ferreira, 25-centro- cep: 48760-000-Município de Araci-Bahia, neste ato representada pelo sócio Proprietário JAILSON OLIVEIRA DE LIMA, brasileiro, maior, portador da célula de identidade nº 08094570-71 SSP/BA e do CPF: 803.424.265-91, residente e domiciliado na rua remanso, 06- bairro coqueiro em Araci-Bahia, no uso de suas atribuições legais, vem apresentar sua proposta, conforme descrição abaixo;

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UND   | QUANT | VLR. UNIT.  | VLR. TOTAL  |
|------|---|-------|-------|-------------|-------------|
| 01   | FIO FLEXIVEL 16MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 04    | R\$1.983,39 | R\$7.933,57 |
| 02   | FIO FLEXIVEL 10MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    | R\$975,24   | R\$5.851,44 |
| 03   | FIO FLEXIVEL 06MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    | R\$675,22   | R\$4.051,32 |
| 04   | FIO FLEXIVEL 04MM, ROLO COM 100 METROS                | UND   | 06    | R\$465,24   | R\$2.791,44 |
| 05   | FIO FLEXIVEL 2,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    | R\$265,24   | R\$1.591,44 |
| 06   | FIO FLEXIVEL 1,5MM, ROLO COM 100 METROS               | UND   | 06    | R\$202,98   | R\$1.217,88 |
| 07   | TUBO ELETRODURO 11/4                                  | UND   | 50    | R\$38,00    | R\$1.900,00 |
| 08   | CAIXA P/36 DISJUNTOR C/ BARRAMENTO                    | UND   | 01    | R\$700,00   | R\$700,00   |
| 09   | FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO                              | UND   | 10    | R\$30,00    | R\$300,00   |
| 10   | DISJUNTOR 25  | UND   | 25    | R\$20,00    | R\$500,00   |
| 11   | DISJUNTOR TRIFASICO 100                               | UND   | 01    | R\$140,00   | R\$140,00   |
| 12   | HASTE 240   | UND   | 20    | R\$85,00    | R\$85,00    |
| 13   | TOMADA EMBUTIR  | UND   | 40    | R\$8,00     | R\$320,00   |
| 14   | INTER. C/TOMADA                                       | UND   | 20    | R\$12,00    | R\$240,00   |
| 15   | FIO RIGIDO 10MM, ROLO 100 METROS                      | UND   | 02    | R\$874,58   | R\$1.749,16 |
| 16   | TUBO PVC 25MM   | METRO | 42    | R\$4,70     | R\$197,40   |
| 17   | TUBO PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | METRO | 54    | R\$10,00    | R\$540,00   |
| 18   | JOELHO BUCHA-LATÃO 25X20                              | UND   | 20    | R\$4,00     | R\$80,00    |
| 19   | TÊ PVC SOLDÁVEL 25MM                                  | UND   | 12    | R\$2,00     | R\$24,00    |
| 20   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 25MM                              | UND   | 25    | R\$1,00     | R\$25,00    |
| 21   | TÊ PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                      | UND   | 4     | R\$10,00    | R\$40,00    |
| 22   | JOELHO PVC SOLDÁVEL 50MM - ÁGUA FRIA                  | UND   | 10    | R\$7,00     | R\$70,00    |
| 23   | REGISTRO 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 2     | R\$21,00    | R\$42,00    |
| 24   | LUVA PVC 50MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 10    | R\$6,00     | R\$60,00    |
| 25   | LUVA PVC 25MM - ÁGUA FRIA                             | UND   | 5     | R\$2,00     | R\$10,00    |
| 26   | VEDA-ROSCA  | UND   | 4     | R\$4,00     | R\$16,00    |
| 27   | ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS DE PVC (C/ PINCEL) - 240g | UND   | 3     | R\$16,00    | R\$48,00    |
| 28   | ARCO COM SERRA  | UND   | 1     | R\$64,35    | R\$64,35    |
| 29   | LIXA D'AGUA GRÃO 100                                  | UND   | 4     | R\$2,00     | R\$8,00     |
| 30   | DISCOS DE CORTE DE CONCRETO P/ SERRA MÁRMORE (MAKITA) | UND   | 6     | R\$18,00    | R\$108,00   |
| 31   | ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "U" P/ TUBOS DE PVC 50MM    | UND   | 40    | R\$3,50     | R\$140,00   |

|              |                     |     |    |         |              |
|--------------|---------------------|-----|----|---------|--------------|
| 32           | PARAFUSO 8X60       | UND | 80 | R\$1,20 | R\$96,00     |
| 33           | BUCHA DE NYLON Nº10 | UND | 80 | R\$1,20 | R\$96,00     |
| VALOR TOTAL: |                     |     |    |         | R\$31.036,00 |

**J.C MATERIAL**  
DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

**J.C MATERIAL**  
DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA



## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025

JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 13.802.554/0001-54, estabelecida na Rua Vicente Ferreira, 25-centro- cep: 48760-000- Município de Araci-Bahia, declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JAILSON OLIVEIRA DE LIMA  
Data: 28/11/2025 08:59:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



13.802.554/0001-54  
RUA JOSE PEDRO DE CARVALHO, Nº25  
CENTRO ARACI/BA - CEP: 48760-000



## DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 13.802.554/0001-54, estabelecida na Rua Vicente Ferreira, 25-centro- cep: 48760-000- Município de Araci-Bahia, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 040/2025, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.



Documento assinado digitalmente

**JAILSON OLIVEIRA DE LIMA**

Data: 28/11/2025 08:59:35-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



13.802.554/0001-54  
RUA JOSE PEDRO DE CARVALHO, Nº25  
CENTRO ARACI/BA - CEP: 48760-000




**Declaração da licitante de cumprimento ao artigo  
7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025**

**DECLARAÇÃO DE TRABALHO DO MENOR**

JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 13.802.554/0001-54, estabelecida na Rua Vicente Ferreira, 25-centro- cep: 48760-000- Município de Araci-Bahia, declara par aos devidos fins do disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Documento assinado digitalmente  
 **JAILSON OLIVEIRA DE LIMA**  
Data: 28/11/2025 08:59:35-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>



**13.802.554/0001-54  
RUA JOSE PEDRO DE CARVALHO, Nº25  
CENTRO ARACI/BA - CEP: 48760-000**

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J.C MATERIAL DE  
CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 13.802.554/0001-54

JAILSON OLIVEIRA DE LIMA, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 08/08/1981, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, COMERCIANTE, CPF nº 803.424.265-91, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0809487071, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado na R REMANSO, 06, COQUEIRO-CENTRO, ARACI, BA, CEP 48760000, BRASIL.

LILIANE ARAUJO LIMA, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 07/11/1983, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, COMERCIANTE, CPF nº 012.269.555-09, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0995224625, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliada na R REMANSO, 06, CASA, COQUEIRO-CENTRO, ARACI, BA, CEP 48760000, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial J.C MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29203626341, com sede Rua Vicente Ferreira, 298 , Centro Araci, BA, CEP 48760000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 13.802.554/0001-54, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**OBJETO SOCIAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A sociedade passa a ter o seguinte objeto:

COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO ,COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO,COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE CAL, AREIA, PEDRA BRITADA, TIJOLOS E TELHAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA; COMÉRCIO VAREJISTA DE VIDROS; COMÉRCIO VAREJISTA DE PEDRAS PARA REVESTIMENTO; COMÉRCIO ATACADISTA DE SEMENTES, FLORES, PLANTAS E GRAMAS; COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA; COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J.C MATERIAL DE  
CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 13.802.554/0001-54

ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, TAIS COMO: EMBALAGENS DE PAPEL E PAPELÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE ANIMAIS VIVOS E DE ARTIGOS E ALIMENTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO; COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, TAIS COMO: ARTIGOS PARA MUNDANÇAS , GAIOLAS, VIVEISROS E ACESSÓRIOS; ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS; SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES PARA LAVOURAS..

**CNAE FISCAL**

4744-0/99 - comércio varejista de materiais de construção em geral

0161-0/02 - serviço de poda de árvores para lavouras

4789-0/99 - comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

4789-0/04 - comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação

4761-0/03 - comércio varejista de artigos de papelaria

4759-8/99 - comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente

4744-0/06 - comércio varejista de pedras para revestimento

4744-0/04 - comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas

4744-0/03 - comércio varejista de materiais hidráulicos

4744-0/02 - comércio varejista de madeira e artefatos

4744-0/01 - comércio varejista de ferragens e ferramentas

4743-1/00 - comércio varejista de vidros

4742-3/00 - comércio varejista de material elétrico

4741-5/00 - comércio varejista de tintas e materiais para pintura

4623-1/06 - comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas

8130-3/00 - atividades paisagísticas

**DA RATIFICAÇÃO E FORO**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em ARACI - BA.

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J.C MATERIAL DE  
CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 13.802.554/0001-54

**CLÁUSULA TERCEIRA.** As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

**Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes**

**CONSOLIDAÇÃO**

JAILSON OLIVEIRA DE LIMA, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 08/08/1981, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, COMERCIANTE, CPF nº 803.424.265-91, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0809487071, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliado na R REMANSO, 06, COQUEIRO-CENTRO, ARACI, BA, CEP 48760000, BRASIL.

LILIANE ARAUJO LIMA, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 07/11/1983, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, COMERCIANTE, CPF nº 012.269.555-09, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 0995224625, órgão expedidor SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - BA, residente e domiciliada na R REMANSO, 06, CASA, COQUEIRO-CENTRO, ARACI, BA, CEP 48760000, BRASIL.

Único sócio da sociedade limitada de nome empresarial J.C MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29203626341, com sede na Rua Vicente Ferreira, 298, Centro Araci, BA, CEP 48760000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 13.802.554/0001-54, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente consolidação contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**NOME EMPRESARIAL**

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J.C MATERIAL DE  
CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 13.802.554/0001-54

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A sociedade que gira sob o nome empresarial J.C MATERIAL DE  
CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

**ENDEREÇO**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A sociedade exerce suas atividades no seguinte endereço sito à Rua  
Vicente Ferreira, 298, Centro Araci, BA, CEP 48760000.

**OBJETO SOCIAL**

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A sociedade tem o seguinte objeto:

ESTAMPARIA E TEXTURIZACAO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TEXTEIS E PECAS  
DO VESTUARIO FABRICACAO DE TECIDOS ESPECIAIS, INCLUSIVE ARTEFATOS  
CONFECCAO DE PECAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS  
CONFECCIONADAS SOB MEDIDA FABRICACAO DE ARTIGOS PARA VIAGEM,  
BOLSAS E SEMELHANTES DE QUALQUER MATERIAL IMPRESSAO DE MATERIAL  
DE SEGURANCA IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO  
IMPRESSAO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS FABRICACAO DE LETRAS,  
LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO LUMINOSOS  
FABRICACAO DE PAINES E LETREIROS LUMINOSOS LOJAS DE VARIEDADES,  
EXCETO LOJAS DE DEPARTAMENTOS OU MAGAZINES COMERCIO VAREJISTA DE  
MATERIAL ELETRICO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRAULICOS  
COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO EM EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE  
INFORMATICA COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS  
E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS  
COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO COMERCIO VAREJISTA DE  
ARTIGOS DE PAPELARIA COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS  
RECREATIVOS COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE  
PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO  
VESTUARIO E ACESSORIOS EDICAO DE CADASTROS, LISTAS E OUTROS  
PRODUTOS GRAFICOS EDICAO INTEGRADA A IMPRESSAO DE CADASTROS,  
LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRAFICOS AGENCIAMENTO DE ESPACOS PARA  
PUBLICIDADE, EXCETO EM VEICULOS DE COMUNICACAO SERVICOS DE ALTO

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J.C MATERIAL DE  
CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 13.802.554/0001-54

FALANTE E DE SONORIZAÇÃO USO DE ALTO FALANTES EM VEÍCULOS  
MOTORIZADOS OU NÃO, COM A FINALIDADE DE PUBLICIDADE ALUGUEL E  
LEASING OPERACIONAL, DE CURTA OU LONGA DURAÇÃO, DE OUTROS TIPOS DE  
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, ELETRICOS OU NÃO, SEM OPERADOR FOTOCOPIAS  
SERVICOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS  
PRODUÇÃO MUSICAL ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO.

**CNAE FISCAL**

4751-2/01 - comércio varejista especializado em equipamentos e suprimentos de informática

1340-5/01 - estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário

4761-0/03 - comércio varejista de artigos de papelaria

4763-6/01 - comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos

4772-5/00 - comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

4781-4/00 - comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

5819-1/00 - edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos

5829-8/00 - edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos

7312-2/00 - agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação

7319-0/99 - outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente

7739-0/99 - aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não  
especificados anteriormente, sem operador

8219-9/01 - fotocópias

8230-0/01 - serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

9001-9/02 - produção musical

4755-5/02 - comércio varejista de artigos de armarinho

4754-7/01 - comércio varejista de móveis

1354-5/00 - fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos

1412-6/01 - confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob  
medida

1521-1/00 - fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material

1812-1/00 - impressão de material de segurança

1813-0/01 - impressão de material para uso publicitário

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J.C MATERIAL DE  
CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 13.802.554/0001-54

1813-0/99 - impressão de material para outros usos

3299-0/03 - fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos

3299-0/04 - fabricação de painéis e letreiros luminosos

4713-0/02 - lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines

4742-3/00 - comércio varejista de material elétrico

4744-0/03 - comércio varejista de materiais hidráulicos

4753-9/00 - comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo

9001-9/06 - atividades de sonorização e de iluminação

**DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA QUARTA.** O capital social da empresa é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 100.000 (cem mil) de quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, pelo sócios, ficando atribuído aos sócios:

JAILSON OLIVEIRA DE LIMA, com 80.000 (oitenta mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) integralizado.

LILIANE ARAUJO LIMA, com 20.000 (vinte mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) integralizado.

**CLÁUSULA QUINTA.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA SEXTA.** A empresa iniciou suas atividades em 30 de maio de 2011 e seu prazo é indeterminado.

**DA ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA SETIMA.** A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE ao JAILSON OLIVEIRA DE LIMA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J.C MATERIAL DE  
CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 13.802.554/0001-54

sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

**DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS**

**CLÁUSULA OITAVA.** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados. § 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado. § 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

**CLÁUSULA NONA.** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso.

**DO FALECIMENTO DE SÓCIO**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** Os Administradores declaram, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou

ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE J.C MATERIAL DE  
CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº 13.802.554/0001-54

suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social é em ARACI-BA.

**E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.**

**ARACI/BA, 14 de maio de 2025.**

---

JAILSON OLIVEIRA DE LIMA

---

LILIANE ARAUJO LIMA



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa J.C. MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, estabelecida na Rua José Pedro de Carvalho, 25 – Centro – Araci – BA, CEP 48.760-000, CNPJ 13.802.713/0001-54, foi nossa fornecedora de Material de Construção para construção de Cisternas de Consumo de 16.000 litros, no período de 21/03/2024 até a presente data. A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone. Por ser verdade, firmamos o presente.

Feira de Santana, BA – 11 de novembro de 2024.

*Maria Conceição Borges Ferreira*

Maria Conceição Borges Ferreira  
Diretora Presidente



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20255064180**

|   |                           |
|---|---------------------------|
| RAZÃO SOCIAL                                      |                           |
| <b>J.C MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA</b> |                           |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL                                | CNPJ                      |
| <b>012.416.303</b>                                | <b>13.802.554/0001-54</b> |

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 03/10/2025, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: J.C MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA**  
**CNPJ: 13.802.554/0001-54**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 09:59:43 do dia 10/09/2025 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 09/03/2026.

Código de controle da certidão: **4589.1D7F.D7BD.123C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 13.802.554/0001-54  
**Razão Social:** J.C MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA  
**Endereço:** RUA VICENTE FERREIRA 298 / CENTRO / ARACI / BA / 48760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 02/11/2025 a 01/12/2025

**Certificação Número:** 2025110203111880671886

Informação obtida em 10/11/2025 12:22:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACI**  
**SECRETARIA DE GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**  
**SETOR DE TRIBUTOS**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS E DA DÍVIDA ATIVA**

**Nº de Controle:132485 / 2025**

**Contribuinte:** J.C MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA

**CPF/CNPJ:** 13.802.554/0001-54

**Zoneamento:** 377479

**Endereço:** RUA JOSE PEDRO DE CARVALHO, 25 - CENTRO CEP.: 48.760-000 ARACI-BA

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Emissão: 28/10/2025 às 09:28:16

Validade: 27/12/2025



**Observações:**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <https://araci.ba.gov.br/>.

Utilize o qrcode para o link de verificação de sua autenticidade.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Código de Autenticidade: 0240 - 5020 - 3453**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: J.C MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 13.802.554/0001-54  
Certidão n°: 49797828/2025  
Expedição: 27/08/2025, às 09:46:06  
Validade: 23/02/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **J.C MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **13.802.554/0001-54**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 040/2025

ATA DE RESULTADO – LEI 14.133/2021

A Câmara Municipal de Santaluz, Estado da Bahia, em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados o RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO, que tem como objeto a contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme descrição e quantidades constantes no Termo de Referência.

Considerando que passado o prazo de 03 (três) dias úteis foi apresentada melhor proposta pela Empresa

JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.802.554/0001-54, em conformidade com o Edital e dentro da média de preços obtida nas cotações realizadas por esta entidade:

PROPOSTA APRESENTADA:

Valor Global: R\$ 31.036,00 (trinta e um mil e trinta e seis reais);

Duração: 01 (um) mês.

Conclui-se que às 12:01 (doze horas e um minuto) do dia 28 de novembro de 2025, a Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Santaluz, DECLARA a empresa JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.802.554/0001-54, apta nos termos do Edital da Dispensa de Licitação nº. 040/2025, considerando que a referida empresa encaminhou todos os documentos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista econômica e qualificação técnica em conformidade com os requisitos do edital, estando apta a contratar com a Administração Pública.

Outras informações poderão ser obtidas na Câmara Municipal de Santaluz, no Setor de Licitação, situado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz - BA, CEP: 48.880-000 das 08:00 hs às 12:00 hs, de segunda a sexta-feira.

Santaluz - Bahia, 28 de novembro de 2025.

Irene Ferreira Rocha  
Agente de Contratações

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO  
SANTALUZ - BAHIA – CEP: 48.880-000  
CNPJ: 13.227.459/0001-74





ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

**PARECER DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**DISPENSA Nº. 040/2025**

Em análise sucinta efetuada pela Comissão de Contratação a respeito da **Dispensa de Licitação nº 040/2025** objetivando a **contratação** de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, **conforme itens constantes no termo de referência**, motivada pelo **Processo Administrativo nº 054/2025**, declaramos que o menor preço global foi apresentado pela empresa **JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.802.554/0001-54.**

Verificou-se ainda que a empresa apresentou preço compatível com os praticados no mercado e de acordo com o orçamento em anexo e conforme propostas constantes nos autos. Ademais, a empresa proponente apresentou documentação compatível com o objeto a ser executado, bem como regularidade jurídica e fiscal, estando habilitada a celebrar contrato com a Câmara Municipal de Santaluz.

Diante do exposto, esta Comissão emite parecer favorável à contratação direta da supracitada empresa: **JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.802.554/0001-54**, por apresentar a melhor proposta, no valor de **R\$ 31.036,00 (trinta e um mil e trinta e seis reais).**

---

**Irene Ferreira Rocha**  
**Agente de Contratações**



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço global;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER TÉCNICO da Comissão de Contratação que prevê que a DISPENSA DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 75, INC II, da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, RATIFICO A DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 040/2025, nos termos descritos abaixo:

Objeto a ser contratado: Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA.

Favorecido: JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.802.554/0001-54.

Prazo de Execução: 01 (um) mês;

Vigência: Contado a partir do dia 01/12/2025 até o dia 31/12/2025, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da Lei Federal 14.133/2021;

Valor Global: R\$ 31.036,00 (trinta e um mil e trinta e seis reais);

Fundamento Legal: Art. 75, INC II, da Lei Federal 14.133/2021;

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Santaluz – BA, 01 de dezembro de 2025.

  
Joseane Santos Lopes  
Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO  
SANTALUZ - BAHIA – CEP: 48.880-000  
CNPJ: 13.227.459/0001-74





ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA

CNPJ Nº 13.227.459/0001-74

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2025

EXTRATO DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 054/2025.

CONTRATO: 048/2025.

CONTRATADO: JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.802.554/0001-54.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA.

VIGÊNCIA: 01 (um) mês, vigorando a partir do dia 01/12/2025 até o dia 31/12/2025, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

VALOR GLOBAL: R\$ 31.036,00 (trinta e um mil e trinta e seis reais);

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 1

Projeto/atividade: 1.31.001.2.102

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00

Fonte de recurso: 1500

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021.

Santaluz - BA, 01 de dezembro de 2025.

  
Joseane Santos Lopes  
Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO  
SANTALUZ - BAHIA - CEP: 48.880-000  
CNPJ: 13.227.459/0001-74



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

**CONTRATO Nº 048/2025**

Termo de Contrato de prestação de serviços que entre si fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ/BA e a Pessoa Jurídica JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Pelo presente contrato de fornecimento na **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ, Estado da Bahia**, que entre si fazem, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ-BA**, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 16, Centro, Santaluz/BA, CEP: 48.880-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 13.227.459/0001-74, representado(a) pelo(a) Presidente(a), Sr(a). Joseane Santos Lopes, inscrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 031.206.095-52 e portadora do RG nº 16.430.358-86 SSP/BA, doravante designado simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado, a empresa JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.802.554/0001-54, sediada na Rua Vicente Ferreira, 25-centro- cep: 48760-000, Araci/BA, com seu representante legal, conforme Ato Constitutivo, a seguir denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato para fornecimento, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e da Lei nº 123/2006, e pelas demais disposições pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - Contratação de empresa para aquisição de material elétrico e hidráulico, para atender às demandas da Câmara Municipal de Santaluz/BA, conforme itens constantes no termo de referência.

1.2 - Integram e completam o presente Termo de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as disposições e condições do **Edital de Dispensa de Licitação nº. 040/2025**, bem como a Proposta de Preços da CONTRATADA, Anexos e pareceres que formam o procedimento licitatório.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

2.1 - Os serviços serão executados em conformidade com a proposta apresentada pela CONTRATADA, vez que compõe, em todos os seus termos, o **Processo Administrativo n. 054/2025 e a Dispensa de Licitação 040/2025**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

**13.802.554/0001-54**  
JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.  
R. JOSÉ PEDRO DE CARVALHO, 25  
CENTRO - CEP 48.760-000 ARACI-BA



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

- 3.1 - O prazo de vigência do Contrato será de 01 (um) mês, vigorando a partir do dia 01/12/2025, até o dia 31/12/2025, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.
- 3.2 - A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

**CLÁUSULA QUARTA- DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

- 4.1 - O valor global estimado é de R\$ 31.036,00 (trinta e um mil e trinta e seis reais).
- 4.2 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (Trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 4.2.1 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 4.3 - A apresentação da Nota Fiscal de fatura deverá estar em total conformidade com o presente instrumento contratual e sua proposta, e deverá ser acompanhada da regularidade fiscal, social e trabalhista, com vigência na data de protocolo na administração pública;
- 4.4 - A nota fiscal deverá estar acompanhada de relatório assinado pelo gestor, contendo descrição dos itens conforme contrato e Ordem de Serviços - OS;
- 4.5 - Apresentar relação de Documentos solicitação na Habilitação Jurídica, Fiscal e Técnica da qual decorre este instrumento contratual;
- 4.6 - Apresentar cópia do presente Contrato somados aos seus aditivos quando houver; Todos os pagamentos serão realizados preferencialmente por conduto do PIX;
- 4.7 - O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da liquidação, nos termos do inciso I do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, caput do art. 331, 333, 368 e 371 da Lei Federal nº 10.406/2002, sendo permitido o pagamento nos termos do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021 desde que haja motivação expressa pelo signatário da Contratante que inquestionavelmente justifique o fato;
- 4.8. Os pagamentos em atraso serão acrescidos de juros de mora de 0,01% ao dia, considerando a contagem de prazo prevista no caput do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.9 - Na hipótese da aplicação de multas, só será permitido a liquidação da Nota Fiscal e a efetuação do pagamento após comprovação de recolhimento aos cofres públicos das multas aplicadas, ficando suspenso os prazos para fins de reajustes por atrasos no pagamento;

**13.802.554/0001-54**  
J.C MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
R. JOSÉ PEDRO DE CARVALHO, 25  
CENTRO - CEP 48.760-000 APACI - BA



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

- 4.10. As notas fiscais deverão ser enviadas para o e-mail [camaramsladm@gmail.com](mailto:camaramsladm@gmail.com) acompanhada dos respectivos arquivos \*.xml;
- 4.11 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Câmara Municipal de Santaluz/BA, inscrita no CNPJ/MF 13.227.459/0001-74, sediada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, centro, Santaluz / Estado da Bahia, neste Município.
- 4.12 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 4.13 - Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IGP - M (Índice Geral de Preços do Mercado), cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.14 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 4.15 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 4.16 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 4.17 - Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 4.18 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.19 - O reajuste será realizado por apostilamento.
- 4.20 - Após o intervalo de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.
- 4.21 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 4.21.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 4.21.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa); data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta.

**13.802.554/0001-54**  
J.C. MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
R. JOSÉ PEDRO DE CARVALHO, 25  
CENTRO - CEP 48.760-000 ARAUCÁRIA - BA



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

4.22 - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

4.23 - A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária Anual relativa ao corrente exercício, na classificação abaixo:

Unidade: 101

Projeto/atividade: 2.102

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00

Fonte: 1500

**CLÁUSULA SEXTA – DO APOSTILAMENTO**

6.1 - A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, nos termos do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 - As apostilas deverão ser realizadas pela autoridade competente ou fiscal do contrato, sendo de sua inteira responsabilidade realizar as anotações no verso da primeira folha deste instrumento, no lado esquerdo, devendo conter de forma sucinta e clara: a alteração, data, local e assinatura do autor;

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

7.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas dos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

7.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.802.554/0001-54  
L.C. MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
R. JOSÉ PEDRO DE CARVALHO, 25  
CENTRO - CEP 43.760-000 ARACI - BA



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

7.4 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores especificamente designados, pelo Decreto Legislativo xx/2025, como Representantes da Administração, que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, pela disciplina do art. 117 §1º §2º §3º Lei nº 14.133, de 2021;

8.2 – O Fiscal deste contrato será a Sr.ª Naiele Santos Silva, CPF n. 066.160.455-10, assumindo total responsabilidade pela execução do presente instrumento, ou profissional designado por meio de portaria ou decreto específico que deverá ser juntada posteriormente a este instrumento;

8.3 - Compete ao Sistema de Controle Interno fiscalizar o fiscal do contrato, inclusive fiscalizar as ações ou omissões definidas na cláusula anterior, e informar a autoridade competente ou preposto qualificado como representante da contratante os atos praticados pelo fiscal, assim como responder solidariamente pelas ações, omissões ou inércia na fiscalização do presente instrumento, sendo plenamente proibida a fiscalização de contratos por amostragem.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES**

**9.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:**

9.1.1) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

9.1.2) Notificar, por escrito, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção;

9.1.3) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

9.1.4) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

9.1.5) Rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta;

13.802.554/0001-54  
J.C. MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
R. JOSÉ PEDRO DE CARVALHO, 25  
CENTRO - CEP 48.760-000 ARACI-BA



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

- 9.1.6) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
- 9.1.7) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas;
- 9.1.8) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos itens a serem entregues;
- 9.1.9) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções;
- 9.1.10) Realizar Auditoria por meio do Sistema de Controle Interno em todos os procedimentos realizados pela CONTRATADA, sempre que entender necessário;
- 9.1.11) Requerer quando for necessário dos representantes técnicos da empresa, do administrador e demais profissionais informações pertinentes a execução do contrato, que deverá ser fornecida de imediato com carência máxima de 72 (setenta e duas) horas;
- 9.1.12) Atestar a entrega dos bens e/ou dos serviços, quando apresentadas na forma estabelecida neste Termo, e após atesto e visto do Sistema de Controle Interno;
- 9.1.13) Deduzir e recolher os tributos devidos na fonte sobre os pagamentos efetuados à CONTRATADA de acordo com seu regime de Tributação;
- 9.1.14) Efetuar o pagamento mensal devido pela perfeita execução do objeto, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 9.1.15) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- 9.1.16) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- 9.1.17) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- 9.1.18) Rejeitar os itens em desconformidade com o presente instrumento;
- 9.1.19) Rescindir o presente instrumento "unilateralmente" ou "bilateralmente" por conveniência e oportunidade nos termos da legislação vigente;
- 9.1.20) Suspender a execução do contrato a qualquer tempo que for detectado fraude no processo licitatório que decorreu este instrumento;
- 9.1.21) Suspender, sem danos para a administração, a execução do contrato se a CONTRATADA se envolver em escândalos que mancham a sua reputação ética e moral, até conclusão de processo administrativo que deverá iniciar de ofício sob penas de responsabilidade para o gestor do contrato;
- 9.1.22) Rescindir unilateralmente o presente instrumento na hipótese das contas do gestor serem reprovadas no Tribunal de Contas, em decorrências de erros,

13.802.554/0001-54  
J.C MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
R. JOSÉ PEDRO DE CARVALHO, 25  
CENTRO - CEP 48.760-000 - SANTALUZ - BA

RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - CENTRO  
SANTALUZ - BAHIA - CEP: 48.880-000  
CNPJ: 13.227.459/0001-74



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

imperícias e demais vícios que decorra de mau assessoramento, execução, inexecução, inércia, prevaricação por parte da CONTRATADA, desde que devidamente comprovada a culpa ou o dolo por meio de processo administrativo, sendo assegurado a contraditória e ampla defesa;

9.1.23) Abrir processo administrativo sempre que entender necessário para apuração de fatos que possam acarretar prejuízos para a administração, e constatado o dano ou a mera expectativa de dano, rescindir unilateralmente o presente instrumento, sendo assegurado o pagamento do objeto, nos termos da legislação em vigor;

9.1.24) A Administração Pública não responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

**9.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

9.2.1) Os serviços deverão ser prestados em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo Poder Legislativo, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.2.2) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação;

9.2.3) Prestar esclarecimento à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos;

9.2.4) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE;

9.2.5) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

9.2.6) Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos objetos, cabendo-lhe arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade com a CONTRATANTE, ficando vinculada,

se motivadamente for necessário, por força de exigência dos Controles externo e/ou interno, apresentar ao Fiscal do Contrato comprovação do recolhimento do FGTS, INSS, referente à força de trabalho alocado nas atividades, objeto do Contrato, sob pena de não serem liberados os pagamentos das faturas apresentadas pela CONTRATADA;



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

- 9.2.7) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 9.2.8) Manter, para atendimento dos pedidos, prepostos durante todo o período de vigência do Contrato, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 9.2.9) Providenciar para que todos os seus empregados, em atividade nas dependências da CONTRATANTE, cumpram as normas de segurança internas relativas aos locais onde será entregue o objeto;
- 9.2.10) Exigir de seus empregados que se mantenham uniformizados e identificados por crachás com fotografias recentes, obedecendo às normas disciplinares do Controle Interno deste Município, sem qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, quando for necessária sua permanência dentro das dependências da administração pública;
- 9.2.11) Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;
- 9.2.12) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido;
- 9.2.13) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.14) Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus empregados ao pagamento da fatura, pela CONTRATANTE;
- 9.2.15) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- 9.2.16) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho de suas funções ou em conexão com eles, ainda que aconteçam em dependência da CONTRATANTE;
- 9.2.17) Assumir todos os possíveis danos físicos e materiais causados a CONTRATANTE ou a terceiros, advindo de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução de suas funções;
- 9.2.18) É vedada à veiculação de publicidade acerca deste contrato, assim como a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução do objeto, sem o consentimento, por escrito, do Gestor do Contrato e/ou da CONTRATANTE;

9.2.19) Acompanhar o controle dos contratos, se responsabilizando pelas entregas em quantidades maiores do que as estabelecidas no instrumento contratual sem a devida formulação legal, fora do estabelecido no contrato etc., em todos os casos, a prestação em excesso não cria ônus para a administração, não cabendo a CONTRATADA realizar qualquer cobrança;

9.2.20) Comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do objeto;

9.2.21) Comprovar a regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho, por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, relativo mês do objeto constante da fatura (Lei nº 4.923/65);

9.2.22) Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

9.2.23) A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, nos termos do inciso XVII do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser motivo de rescisão contratual unilateral;

9.2.24) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento;

9.2.25) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

9.2.26) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.2.27) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis;

### **9.3. Das proibições**

9.3.1) Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

9.3.2) Interromper a entrega do objeto sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

9.3.3) Veicular a execução ou inexecução do contrato a propaganda ou anúncios de qualquer espécie ou pretexto a partidos políticos ou seus integrantes, mídia e afins, sendo permitido somente para todos os fins de discordância contratual ou inadimplência o devido processo legal – administrativamente ou via judicial;

9.3.4) Na existência de processo judicial fica a CONTRATADA proibida de expor a terceiros sem autorização expressa da CONTRATANTE ou do magistrado os motivos do litígio, os acordos firmados, os prejuízos acumulados e qualquer outra informação, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar da expedição do Alvará;

**9.4. Das Normas Nacionais e Internacional de Anticorrupção**

9.4.1) A CONTRATADA declara que conhece as várias leis e convenções aplicáveis no Brasil que proíbem atos de corrupção e outros atos lesivos contra a administração pública, dentre elas a Convenção Anticorrupção da OCDE, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto Federal nº 5.687/06), o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), Lei nº 9.613/98 e a Lei nº 12.846/2013, doravante denominadas, em conjunto, "Leis Anticorrupção". Em todas as atividades e atos relacionados à execução do presente Contrato, compromete-se a CONTRATADA a cumprir e fazer cumprir, por si e por seus administradores, colaboradores e terceiros, rigorosamente, as Leis Anticorrupção.

9.4.2) A CONTRATADA declara ainda que conhece as disposições relacionadas com o combate à corrupção, seja ela pública ou privada, e compromete-se a cumprir fielmente as disposições, comprometendo-se ainda a denunciar à CONTRATANTE qualquer infração a essas disposições que venha a ser do seu conhecimento, na forma disciplinada na Lei Federal 8.429/1993;

9.4.3) Obriga-se a CONTRATADA, de forma irrevogável, a não prometer, oferecer, dar, patrocinar, incentivar, obrigar ou concordar, direta ou indiretamente, com subornos, fraudes, tráfico de influência, extorsão, vantagem indevida (seja em dinheiro, presentes, descontos, favores ou qualquer outra coisa de valor), a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, nem praticar quaisquer dos atos vedados pelas Leis Anticorrupção. Compromete-se, ainda, a adotar as melhores práticas de Governança com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus administradores, colaboradores, prepostos ou terceiros, de acordo o disposto no artigo 7º, inciso VIII, da Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/98 e suas respectivas modificações e regulamentações.

9.4.4) A CONTRATADA deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e integridade durante todo o processo de contratação e execução deste Contrato. É dever da CONTRATADA treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção.

9.4.5) A CONTRATADA declara que nos últimos 05 (cinco) anos não foi objeto de nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionado ao descumprimento das Leis Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro, e que suas atividades estão em conformidade com estas leis.

9.4.6) A CONTRATADA declara, ainda, que não há qualquer agente público ou pessoa a ele relacionada que receberá, direta ou indiretamente, benefícios ou vantagens em decorrência do presente Contrato.

9.4.7) Toda documentação de cobrança a ser emitida nos termos deste Contrato deverá estar acompanhada de fatura/nota fiscal detalhada, contendo discriminação dos itens, conforme o caso.

9.4.8) Qualquer violação, por parte da CONTRATADA, das Leis Anticorrupção ou da presente Cláusula (Leis Anticorrupção) - será considerada uma infração grave a este Contrato, e consistirá justa causa para sua rescisão motivada, conferindo à CONTRATANTE o direito de declarar rescindido imediatamente o presente Contrato, sem qualquer ônus ou penalidade, ficando a CONTRATADA responsável pelas perdas e danos a que der causa, nos termos da lei aplicável.

9.4.9) O presente Contrato poderá ser imediatamente rescindido pela CONTRATANTE, ainda, na hipótese de participação ou envolvimento comprovado da CONTRATADA, diretamente ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, oclusivas, coercitivas e/ou obstrutivas (conforme Diretrizes e definições do Banco Mundial), ou em lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (conforme Lei nº 9.613/98), seja na execução do presente Contrato ou em quaisquer outros Contratos em que figurar como CONTRATADA, seja com entes públicos ou privados.

9.4.10) A CONTRATADA notificará prontamente, por escrito, à CONTRATANTE a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas Leis Anticorrupção ou às disposições desta Cláusula - Leis Anticorrupção - ou de qualquer suspeita de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista na Lei Federal 8.429/1993.

9.4.11) A CONTRATADA é responsável solidária por danos causados a terceiros no uso de carro locado nos termos da Súmula nº 492 do Supremo Tribunal Federal - STF;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**13.802.554/0001-54**  
**JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA**  
**R. JOSÉ PEDRO DE CARVALHO, 25**  
**CENTRO - CEP 48.760-000 ARACI-BA**



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

10.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 - Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, será motivo de penalidades:

11.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.3 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.4 - Dar causa à inexecução total do contrato;

11.5 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.6 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.7 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.8 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.9 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.10 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.11 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.12 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.13 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.14 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

11.14.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.14.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.14.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

11.15 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, a Câmara Municipal poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

11.16 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante;

11.17 - As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência;

11.17.1 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.18 - No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada;

11.19 - Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do valetransporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e da declaração de impedimento para licitar e contratar com o município;

11.20 - A Aplicação da penalidade de rescisão contratual ou suspensão repercutirá sobre todos os demais atos pertencentes ao mesmo contratante;

11.21 - O Contrato será rescindido unilateralmente se a contratada ou qualquer de seus sócios forem condenados pelos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021; os crimes previstos na Lei Federal 8.137/1990; os crimes definidos na Lei Federal 8.429/992 e demais crimes contra a ordem pública;

11.22 - Havendo suspensão contratual, será dado aviso com antecedência mínimo de 30 dias corridos, nos termos do art. 599, § único do Código Civil - CC e art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, no que for melhor conveniente para a administração em manifesta observância ao poder de império da administração pública;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

---

12.1 - As partes terão direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades cabíveis quando for o caso.

12.2 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

12.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PUBLICAÇÃO**

14.1 – O presente Contrato tem embasamento legal no artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, atualizado através do Decreto Federal 11.871/23, publicado no DOU no dia 29.12.2023.

14.2 – A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, nos termos do inciso I, do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.3 - A versão integral do contrato será disponibilizada no sítio da entidade, em cumprimento do § 1º, do art. 175 da Lei Federal nº 14.133/2021, até a disponibilização pelo governo Federal do Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie, e em sua inércia a jurisprudência do Tribunal de Contas da União aplicasse-a a jurisprudência de Tribunal de Contas mais benéfica para a Contratante;



ESTADO DA BAHIA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTALUZ**

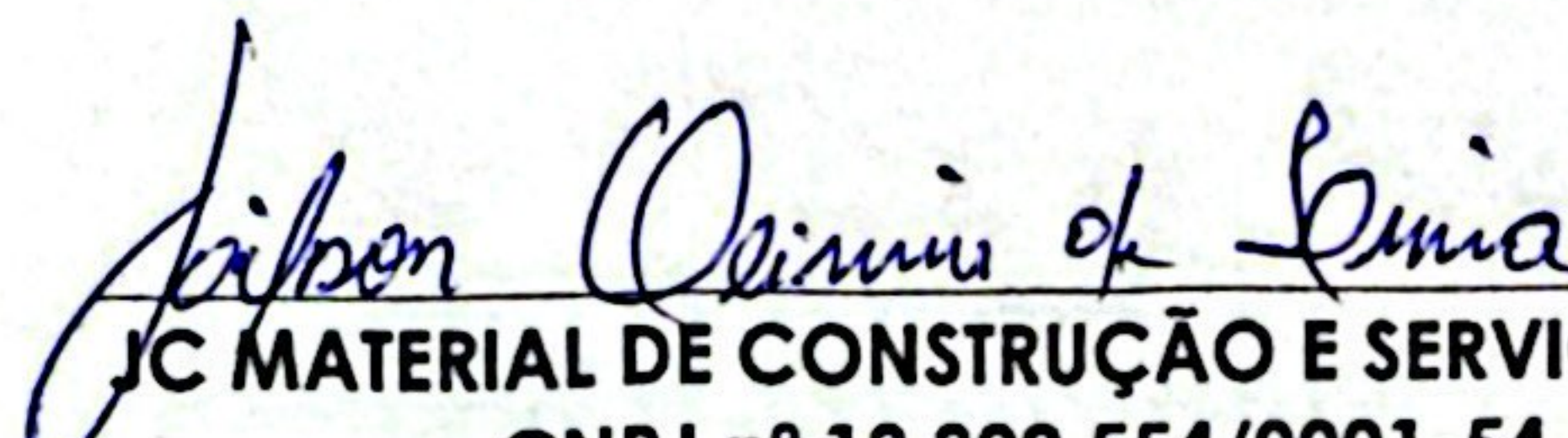
---

15.2 - A critério da autoridade superior poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, a ser constituído pela autoridade competente nos termos do art. 151 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.3 - Nos termos § 1º do art.92 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica designado o foro da Sede da Contratante para dirimir qualquer questão contratual, renunciando expressamente a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

Santaluz - BA, 01 de dezembro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
Joseane Santos Lopes  
Presidente da Câmara Municipal de Santaluz/BA

  
\_\_\_\_\_  
JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
CNPJ nº 13.802.554/0001-54  
CONTRATADA

13.802.554/0001-54  
JC MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA  
R. JOSÉ PEDRO DE CARVALHO, 25  
CENTRO - CEP 48.760-000 ARACI-BA

ARACI 01-12-2025